

O comunismo de Conselhos (Capítulo 3 do livro *A Tradição Radical*)

Original:

<https://archive.org/details/radicaltradition0000gomb/page/n7/mode/2up>

HTML: <https://www.marxists.org/subject/left-wing/1978/council-communism.htm>

Richard Gombin

A teoria dos conselhos operários teve origem nas novas formas de conflito industrial que surgiram durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial. Entre estas novas formas, podemos mencionar (já) as greves selvagens, as ocupações de fábricas e a formação de comitês de delegados sindicais.

Toda a questão do fenómeno do Conselho está envolta em mitos e interpretações erradas, que induzem à prudência. Por exemplo, embora tenhamos geralmente tendência para associar o soviete à Revolução Russa, o conceito original do Conselho - baseado numa crítica radical da teoria clássica do partido e dos sindicatos - não foi formulado na Rússia (nem em 1905 nem em 1917). Mais uma vez, durante muito tempo, os conselhos foram apresentados como uma instituição que brotava espontaneamente do movimento revolucionário de massas, encarnando a autonomia das massas relativamente às próprias organizações do proletariado. Isto só é completamente verdadeiro no caso da Revolução Russa de 1905-1907, e há que ter em conta que os sindicatos estavam ainda a dar os primeiros passos, enquanto os bolcheviques não estavam representados nas fábricas. Em 1917, pelo contrário,¹, os conselhos eram de natureza muito diferente, assemelhando-se mais ao tipo então prevalecente na Europa Central. Aqui, a realidade estava muito longe da lenda. Com efeito, os conselhos de todos os tipos eram formados por iniciativa de uma ou outra das facções do movimento socialista ou, pelo menos, eram controlados por elas².

Não se pode, portanto, afirmar que os conselhos reflectiam uma realidade ou uma prática inteiramente autónomas. Em todo o caso, isso seria inconcebível numa época - para usar uma expressão leninista - em que mesmo a consciência social-democrata estava longe de afetar todos os meios operários.

¹ Como vimos no cap. 1.

² De um modo geral, encontramos três tendências: o ramo moderado e chauvinista; o ramo reformista e pacifista, menos inclinado a procurar a integração na democracia burguesa; a ala esquerda revolucionária, cuja maioria acabou por se juntar à Terceira Internacional.

Mas, como em todas as épocas genuinamente revolucionárias, o período de 1914-21 trouxe consigo tanto transformações topianas da realidade como a projeção de exigências mais profundas de emancipação que permaneceriam no domínio da utopia³. No plano dos fenómenos concretos, basta pensar na imensa reviravolta que se produziu nos modos, nas crenças mais enraizadas, nos hábitos e costumes inalterados durante todo o século XIX. Há também que ter em conta o desenvolvimento de novas práticas, como a intervenção ativa do Estado na vida social e económica, o envolvimento crescente das mulheres de todas as classes no mundo do trabalho, a sua auto-affirmação política e familiar; o fim do padrão-ouro e da estabilidade dos preços, a afirmação dos direitos nacionais, o colapso dos sistemas feudais (na Europa Central e Oriental). Estes são apenas alguns dos factores que assinalam uma ruptura total com o passado.

As relações sociais tinham inevitavelmente sofrido uma profunda transformação. Toda uma geração tinha sido mobilizada, quer no exército, quer nas fábricas de munições, na agricultura ou nos hospitais. Desarraigada de uma vez por todas, revelou-se muito menos submissa e muito mais turbulenta do que os seus antecessores. Acima de tudo, foi atirado para um mundo de ansiedade e incerteza económica, no qual era muito mais propenso à contestação. O espírito de contestação, ou mesmo de revolta, também não poupava as próprias organizações de trabalhadores, pois a sua atitude e o seu comportamento durante este período viriam a minar gravemente o capital de confiança que tinham acumulado entre os militantes no período anterior à guerra.

Paradoxalmente, os sindicatos e os partidos operários cresceram em número e em disciplina imediatamente após a guerra, numa altura em que a sua autoridade era mais facilmente posta em causa. A pressa com que os dirigentes operários e socialistas se uniram às suas bandeiras nacionais, a colaboração entre os sindicatos e as autoridades civis e militares para dismantelar as greves selvagens durante a guerra, deram à consciência operária uma forte dose de ceticismo. Assim, através das suas novas formas de ação, os trabalhadores deram de facto vazão a toda uma série de aspirações utópicas tornadas possíveis pela sujeição secular. Assim, ao mesmo tempo, os aparelhos e as ideologias de tipo autoritário ganharam adeptos e perderam credibilidade. A primeira folha deste díptico manteve-se durante meio século, com a ascensão da liderança

³ Estou a usar aqui a distinção de Gustav Landauer (em *Die Revolution*, Frankfurt, 1907) entre topia, que é a realidade vivida e expressa, e *utopia*, que incorpora tanto topia - aquilo que existe - como aquilo que não é expresso, mas a que aspiramos. No momento em que a utopia se torna um facto, torna-se topia.

operária a tornar-se *topia*; mas hoje assistimos à emergência de uma procura de autonomia que já se encontrava em embrião nos anos 1917-21.

As instituições que surgiram neste período, e que constituem uma inovação positiva em relação ao que já se tinha tornado um verdadeiro costume operário, partilham esta dualidade antinómica. O conselho operário estava, na sua maior parte, sob o controlo de militantes sindicalistas ou socialistas. Mas enquanto *projeto* (e as condições espontâneas e imprevisíveis do seu aparecimento são disso testemunho), o conselho operário é uma utopia concreta que se sobrepõe e nega as circunstâncias da sua institucionalização. Ele contém, sob a forma de virtualidades (não imediatamente realizáveis), a reivindicação de autonomia que se encontra atualmente no centro das atenções.

A originalidade do movimento conciliar reside na sua perceção da deriva da evolução futura. Embora o seu trabalho teórico se baseasse apenas em indicações, não se baseava certamente em ilusões. É verdade que era difícil evitar totalmente o triunfalismo nas condições de fermentação revolucionária daqueles anos. Alguns chegaram mesmo ao ponto de identificar qualquer conselho operário com uma forma de oposição às direcções operárias estabelecidas, tropeçando assim num dogmatismo que marcou a maior parte da ideologia dos conselhos. Por conseguinte, vale a pena analisar o contexto real em que se desenvolveram estas greves e conselhos, motins e revoltas, antes de abordar em pormenor a teoria dos conselhos e as circunstâncias do seu nascimento.

A Primeira Guerra Mundial e o surgimento de novas formas de luta dos trabalhadores

A situação na maioria dos países beligerantes era pré-revolucionária, se não mesmo revolucionária. Mas, pondo de lado a Rússia, encontramos três tipos de situação. Na Alemanha e na Áustria, os conselhos cobriam todo o território e assumiam um poder pelo menos parcial; na Baviera e na Hungria, exerciam um poder político e social formal na cúpula; enquanto na Inglaterra e na Itália, mesmo que os conselhos não tivessem poder político, desenvolveram-se num movimento concelhio nada negligenciável.

Os conselhos de trabalhadores surgiram na Áustria em novembro de 1918, ao mesmo tempo que na Alemanha. Rapidamente se espalharam por grande parte do país;

mas quase todas estas organizações foram formadas por iniciativa do partido socialista, e os militantes socialistas estavam bem representados nos órgãos máximos dos conselhos - os comités executivos. Além disso, e aqui reside a principal diferença em relação à Alemanha, os conselhos austríacos nunca estiveram em posição de tomar o poder. A revolução, se é que houve revolução, ocorreu no quadro do Estado e do parlamentarismo⁴.

Na Alemanha, pelo contrário, os conselhos tinham carácter constitucional. A primeira ocasião foi em 10 de novembro de 1918, quando o Conselho de Trabalhadores e Soldados da Grande Berlim confirmou a composição do novo governo, a que se seguiu a transferência do poder executivo para o governo em 23 de novembro⁵. Do mesmo modo, um mês mais tarde, o Congresso Pan-Alemão dos Conselhos cedeu os seus poderes a uma futura Assembleia Constituinte, para a qual votou.

Mas a realidade era mais complexa do que estas formas jurídicas sugerem. A situação resultava do equilíbrio do poder político e da própria natureza dos conselhos de trabalhadores na Alemanha. Estes últimos surgiram na sequência do movimento grevista e dos motins do exército que atingiram o país a partir de 1917. Estas greves visavam os patrões que se recusavam a aumentar os salários, apesar da subida dos preços, e o governo, que não fazia nada para travar a guerra, mas também se dirigiam contra a social-democracia e os sindicatos. Já em agosto de 1914, o SPD (Partido Social-Democrata Alemão) tinha adotado uma política de colaboração com o governo imperial; não tardou muito para que o partido passasse a ser visto como refém e garantia do governo. É verdade que os dirigentes defendiam uma "guerra até ao fim". Quanto aos sindicatos, tinham-se comprometido a evitar todos os conflitos laborais durante a guerra. E não é raro ver a *Comissão Geral* (o seu órgão supremo) aliar-se ao patronato e às autoridades militares para esmagar uma greve. Assim, a vaga de greves que afectou a Alemanha a partir de abril de 1917 adquiriu um carácter nitidamente anti-sindical; as greves selvagens eclodiram com uma frequência crescente até ao armistício, para se propagarem com ainda maior vigor a partir desse momento⁶.

Estas acções "ilegais" varreram as velhas estruturas sindicais das fábricas. Em seu lugar, os trabalhadores passaram a eleger delegados que respondem perante as bases e que são hostis à hierarquia existente. Os delegados reuniam-se em comités de empresa

⁴ F. L. Carsten, *Revolution in Central Europe (1918-1919)* (Londres, 1972), p. 125 e seguintes.

⁵ Para uma descrição cronológica e institucional, ver A. Schwarz, *Die Weimarer Republik* (Corstanz, 1958), p. 28-9.

⁶ P. Broué, *Révolution en Allemagne* (Paris, 1971), cap. 6.

(*Betriebsräte*), prefigurando os conselhos de trabalhadores propriamente ditos, eleitos na mesma base, mas para efeitos de representação política⁷. Embora se possa afirmar que os conselhos já existiam na primavera de 1917, só no outono de 1918 é que começaram a difundir-se de tal forma que, aos olhos da opinião pública, passaram a encarnar o movimento revolucionário de massas⁸. Foram os motins navais que desencadearam um movimento que estava a ferver há pelo menos um ano; os civis foram rápidos a reagir e, começando pelos grandes portos (Kiel, Hamburgo, Bremen), cada cidade, cada região começou a eleger conselhos de operários e soldados - ou de operários e camponeses.

No início, não há dúvida de que estes conselhos surgiram espontaneamente, mas a situação depressa se estabilizou e, em dezembro de 1918-janeiro de 1919, já era possível fazer um balanço e distinguir três categorias de conselhos, consoante a dimensão da localidade.

Na maior parte das cidades de pequena e média dimensão, a iniciativa foi tomada pela organização local do SPD (geralmente em colaboração ou em acordo com a secção local dos sindicatos), quer organizando a eleição de um conselho por braço no ar num comício de massas, quer designando ela própria os candidatos. Nas zonas rurais, os conselhos eram frequentemente constituídos sem a participação socialista e os delegados burgueses ou agrários não eram raros⁹.

Nas grandes cidades, nomeadamente nas industriais, o SPD aliou-se ao USPD (partido social-democrata independente, fruto do pacifismo dos tempos de guerra) para controlar um conselho ou para o formar. Nos casos em que os partidos não tinham a iniciativa, conseguiam fazer-se cooptar para os comités executivos em número suficiente, mesmo quando os conselhos eram eleitos pelos delegados de fábrica - a forma mais pura de democracia operária. Nalgumas grandes cidades, no entanto, eram os "radicais de esquerda", a ala revolucionária da social-democracia, que exerciam a influência predominante. Mas, de um modo geral, o SPD controlava as organizações concelhias¹⁰.

Do ponto de vista do país no seu conjunto, dois conselhos assumiram particular importância: o Conselho da Grande Berlim e o Conselho Pan-Alemão, constituído com base em eleições a nível nacional. Ambos eram liderados por maiorias

⁷ P. von Oertzen, *Betriebsräte in Novemberrevolution* (Dusseldorf, 1963), p. 71 e seguintes.

⁸ Broué, op. cit., e E. Kolb, *Die Arbeiterräte in der deutschen Innenpolitik* (Dusseldorf, 1962), p. 60.

⁹ Kolb, op. cit., pp. 88-90.

¹⁰ *ibid.*, pp. 91, 92.

sociais-democratas. Assim, dos 489 delegados ao Congresso dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados (16-20 de dezembro de 1918), 292 pertenciam ao SPD, oitenta e quatro ao USPD, enquanto apenas dez eram espartaquistas.

Deste rápido levantamento pode concluir-se que a difusão dos conselhos não exprimia, em si mesma, qualquer projeto que fosse além da instauração de uma república democrática no quadro do regime capitalista¹¹. Se é verdade que, a partir de meados de novembro, os conselhos começaram a substituir as colectividades regionais e locais em toda a Alemanha, a administração manteve-se nos seus postos e o poder social dos latifundiários e industriais permaneceu intacto. Foi no quadro deste sistema de poder que se operou a mudança de regime político; uma mudança sancionada pelos conselhos, aliás, uma vez que o seu executivo nacional entregou a uma assembleia parlamentar a tarefa de redigir uma constituição para a República Alemã.

O facto de os conselhos serem quase inteiramente dominados pelo SPD deveu-se ao equilíbrio de forças existente entre os vários partidos e grupos revolucionários. Mas se os conselhos não tinham realidade *fora* dos partidos e sindicatos cujos representantes povoavam os seus comités executivos, isso devia-se menos à existência de organizações de trabalhadores do que às limitações inevitáveis a qualquer tentativa de transcender a consciência social-democrata da época. A radicalidade ainda só se podia exprimir em termos do *projeto* dos comités de fábrica e dos conselhos de trabalhadores.

É lícito interrogarmo-nos se este facto se verificou igualmente nos países onde os conselhos detinham simultaneamente o poder político e social, como foi o caso, durante um breve período, da Baviera e da Hungria.

A monarquia bávara caiu a 7 de novembro e Kurt Eisner proclamou a república, que pretendia organizada segundo linhas democráticas. Cinco meses mais tarde, foi substituído por uma primeira república de soviets, presidida por Ernst Toller, que por sua vez deu lugar a uma segunda república de soviets, chefiada pelo comunista Eugene Levine. O papel dos conselhos neste carrossel de regimes reduziu-se ao de caixa de ressonância dos avatares desta luta interpartidária. Porque, também aqui, o poder real estava nas mãos do SPD e do USPD, a que se juntaria em breve o recém-formado partido comunista. Assim, tanto o governo provisório de Eisner como o conselho de comissários do povo de Levine resultaram de uma coligação de partidos que se manteve

¹¹ Esta é a opinião da maioria dos historiadores da época, a começar por O. K. Flechtheim, embora este último seja favorável ao movimento revolucionário. Cf. o seu *Die K.P.D. in der Weimarer Republik* (Frankfurt, 1969), cap. 2.

graças ao papel de charneira desempenhado pelos socialistas independentes. Apesar da presença de anarquistas, os próprios conselhos reflectiam estas clivagens partidárias¹².

A situação era diferente na Hungria, na medida em que o próprio regime socioeconómico foi abalado. As medidas de nacionalização e de redistribuição das terras foram planeadas, mesmo que não tenham conduzido a uma verdadeira socialização durante os 133 dias da República Soviética Húngara (22 de março a 2 de agosto de 1919).

O significado dos conselhos na Hungria deve ser analisado à luz da situação externa, por um lado, e das forças políticas em ação, por outro. A situação é diferente antes e depois da instauração do regime soviético.

O aparecimento dos conselhos durante a guerra¹³ corresponde à radicalização crescente nos países beligerantes. A partir de novembro de 1917, ocorreram greves violentas e sabotagens nas principais fábricas, e uma greve geral em junho de 1918 paralisou a economia. Foram greves muito amargas, cujo carácter político foi mais acentuado do que noutros países. A pressão contínua dos trabalhadores levou a uma radicalização crescente. Em janeiro de 1919, várias fábricas foram confiscadas aos seus proprietários e geridas pelos conselhos locais de trabalhadores¹⁴. Apesar da existência de uma minoria agressiva que atacava diretamente os sindicatos, estes últimos estavam há muito solidamente estabelecidos e constituíam uma engrenagem vital na vida da classe operária. Juntamente com o partido socialista, controlavam o Soviete dos Trabalhadores de Budapeste, o único que desempenhava um papel político importante. Assim, apoiou o governo do conde Karolyi, no qual os socialistas estavam representados. Aprovou todas as medidas apresentadas pelos dirigentes social-democratas, nomeadamente a aliança com o grupo comunista, que exigia a instauração de um regime de conselho.

A este respeito, a instauração de um tal regime na Hungria assemelha-se mais a uma operação artificialmente enxertada pelos propagandistas agrupados em torno de Bela Kun, que tinham recebido alguma formação política durante o seu cativeiro na

¹² Ver R. Grunberger, *Red Rising in Bavaria* (Londres, 1973), para uma cronologia e relato destes acontecimentos. Documentos da época podem ser encontrados em G. Schmolze (ed.), *Revolution und Räterepublik in München 1918-1919 in Augenzeugenberichten* (Dusseldorf, 1969).

¹³ O primeiro conselho data de dezembro de 1917; cf. R. L. Tokés, *Béla Kun and the Hungarian Soviet Republic* (Nova Iorque, 1967), p. 38. A vasta literatura sobre este assunto é tratada em F. Völgyes, *The Hungarian Soviet Republic* (Stanford, 1970).

¹⁴ Tokés, op. cit., p. 120.

Rússia. Perante a ameaça de invasão das potências da Entente, os socialistas formaram um governo com os dirigentes comunistas, retirando estes últimos das prisões para onde tinham permitido que fossem atirados pouco antes.

A autoridade suprema da nova república era representada pelo Conselho de Budapeste. Após as eleições de abril de 1919, o seu comité executivo era composto por cinquenta e seis socialistas e vinte e quatro comunistas, num total de oitenta membros¹⁵. Assim, o novo regime assentou, desde o início, num compromisso entre comunistas e socialistas, sendo estes últimos a decidir em todos os casos litigiosos¹⁶.

Paradoxalmente, a razão pela qual os socialistas aceitaram o que, de outra forma, poderia parecer um péssimo negócio, apesar de serem mais fortes e estarem mais bem estabelecidos do que os comunistas, foi o facto de estarem a ser atacados pela esquerda por não terem uma política externa capaz de satisfazer o nacionalismo da maioria dos cidadãos. O projeto bolchevique de criação de um regime soviético, como na Rússia, foi arquivado; Bela Kun, o Comissário para os Negócios Estrangeiros, tentou libertar a Hungria da sua posição delicada face às potências da Entente e às reivindicações territoriais dos seus vizinhos. Não tendo conseguido desatar este nó górdio, Kun e o seu grupo viram-se obrigados a demitir-se, depois de se terem mostrado incapazes de impor uma solução "subjectiva" num país onde a situação "objetiva" (importância das zonas rurais, sólida implantação sindical e um partido socialista muito moderado) lhes era desfavorável.

No plano local, a antiga administração continuou a exercer a sua autoridade durante todo este período; no plano nacional, os conselhos não tinham existência fora dos partidos, de que eram instrumentos.

Enquanto na Hungria, apesar do seu regime "soviético", não existia uma ideologia de conselho distinta do esquema bolchevique de Bela Kun, a Inglaterra conheceu um verdadeiro movimento a favor da expressão livre e autónoma dos trabalhadores. Este movimento, conhecido como "movimento dos delegados sindicais", combinava dois fenómenos diferentes.

Por um lado, antes da guerra, o Partido Socialista Operário e o Grémio Socialista tinham feito propaganda a favor do controlo operário. Ainda não passava de um tímido projeto para dar aos trabalhadores uma palavra a dizer sobre a gestão da sua fábrica e,

¹⁵ *ibid.*, p. 161.

¹⁶ Dos 33 Comissários do Povo, 17 eram socialistas, 14 comunistas e dois não pertenciam a nenhum partido (*ibid.*, p. 137).

embora ambos os projectos previssem que os trabalhadores fossem representados pelos seus sindicatos, estes últimos opunham-se resolutamente a qualquer projeto deste tipo (tal como o partido socialista maioritário, o Partido Trabalhista)¹⁷. Mas a ideia foi tão bem recebida pelos metalúrgicos e mineiros que o Trades Union Congress acabou por adotar, em 1918, o princípio do controlo conjunto nas indústrias cuja nacionalização exigia.

Por outro lado, o período de guerra foi também uma altura de grande agitação, particularmente entre os trabalhadores das munições e os mineiros. A maior parte dos dirigentes sindicais apoiava até ao limite o Governo Nacional e as suas políticas de guerra¹⁸. Uma vez que, além disso, os sindicatos se tinham comprometido a abster-se de qualquer reivindicação salarial grevista, os trabalhadores sentiram-se obrigados a recorrer aos seus delegados sindicais (que, inicialmente, não passavam de agentes de recrutamento sindical, sem qualquer poder de negociação) para se fazerem ouvir.

O descontentamento chegou ao auge em 1915, na sequência de duas iniciativas de sindicatos que tinham aderido a uma "trégua industrial" e que tinham fechado os olhos à prática da "diluição" (empregar trabalhadores semi-qualificados ou não qualificados para fazer trabalho qualificado) nas fábricas de munições. A greve dos metalúrgicos de Clydeside (início de 1915) confirmou o papel novo e "ilegal" dos delegados sindicais, que, organizados em comités de trabalhadores, constituíam a expressão da oposição das bases a qualquer autoridade, patronal ou sindical.

A greve de Clydeside foi seguida de conflitos noutros sectores da economia. Entre a eclosão da grande greve de maio de 1917 (que tinha eclodido na indústria das munições) e a greve dos mineiros de 1920, houve uma sucessão ininterrupta de paragens de trabalho e de confrontos violentos; os delegados sindicais desempenharam um papel preponderante em todos estes conflitos¹⁹. Cada fábrica, cada região criou o seu comité de trabalhadores, cujos delegados eram eleitos numa base não sindical. Na maior parte dos casos, estes movimentos de base entraram em conflito com as organizações existentes²⁰.

¹⁷ É de salientar que as Guildas, activas a partir de 1910, não apelavam à propriedade da indústria, nem estavam dispostas a deixar a gestão da indústria apenas nas mãos dos trabalhadores. Por último, os seus teóricos tiveram o cuidado de salientar que não se tratava de uma rutura com os sindicatos e que se limitavam a transformar as doutrinas do sindicalismo, nomeadamente no que diz respeito ao controlo conjunto. Ver G. D. H. Cole, *Guild Socialism* (Londres, 1920) p. 24.

¹⁸ G. D. H. Cole e R. Postgate, *The Common People* (Londres, 1968), p. 518.

¹⁹ *ibid.*, p. 546-57.

²⁰ Cf. B. Pribicevic, *The Shop Stewards' Movement and Workers' Control, 1910-1922* (Oxford, 1959), p. 99 e seguintes.

Este fenómeno generalizou-se muito nos primeiros três ou quatro anos da sua existência. Particularmente vigoroso entre os metalúrgicos, o movimento expandiu-se depois de 1918. Já em novembro de 1916, os dirigentes dos comités regionais começaram a criar uma estrutura nacional e, em agosto de 1917, uma conferência contou com a participação de vinte e três comités. Foi eleito um conselho nacional, mas os comités conservaram uma boa parte da sua autonomia.

Quanto aos temas mais frequentemente abordados pelo movimento dos delegados sindicais, devemos distinguir entre aqueles que são, por assim dizer, consubstanciais ao próprio movimento, exigindo a representação direta dos trabalhadores, o controlo da indústria pelos próprios trabalhadores e até mesmo a negação do Estado capitalista, e aqueles que em breve seriam propagados pela liderança nacional. Estas últimas tinham um carácter mais marcado politicamente e deviam popularizar as palavras de ordem provenientes dos bolcheviques russos. Com o passar do tempo, a distância entre o impulso inicial e o conselho nacional do movimento foi-se alargando. Enquanto o movimento de base se reduzia após o fim da guerra, com a maior parte dos delegados e comités a serem absorvidos pelos sindicatos, os dirigentes, que constituíam agora um grupo distinto, agitavam-se a favor da adesão ao partido comunista. Estamos muito longe das premissas ideológicas de 1916-19 (controlo operário, criação de organizações de fábrica, negação do Estado). As palavras de ordem passaram a ser: conquista do Estado, construção do socialismo de Estado, construção de um partido comunista. A evolução completa-se em 1921, quando a Conferência Nacional do Movimento dos Comissários de Fábrica declara que o proletariado, por si só, é incapaz de gerir a produção sem o Estado socialista; os sindicatos são reabilitados e a ação política, no sentido restrito do termo, passa a ser o centro das atenções²¹.

Como se vê, o movimento dos delegados sindicais e das bases só representou algo de verdadeiramente radical e inovador nos seus primeiros anos, antes de encarnar um projeto político preciso. Os seus limites resultam das circunstâncias que lhe deram origem: o complexo problema da diluição, resolvido quando os sindicatos voltaram às suas atitudes restritivas e corporativistas após o fim das hostilidades. Em todo o caso, os limites da consciência radical do movimento eram os de uma classe operária muito estratificada. Passaria mais meio século antes do reaparecimento de greves selvagens e de delegados sindicais rebeldes que exprimissem as exigências de autonomia de uma classe nivelada e homogénea.

²¹ *ibid.*, p. 144.

Em Itália, a vaga revolucionária em ascensão deu origem a uma reflexão original sobre o papel dos conselhos na luta dos trabalhadores. O período do pós-guerra foi especialmente marcado por disputas entre trabalhadores e patrões. As greves intensificam-se em meados de 1919 (metalúrgicos do norte, operários agrícolas, tipógrafos, operários têxteis, marinheiros)²². A crise económica, o desemprego, os problemas de desmobilização, tudo contribuía para criar uma situação explosiva: tudo parecia possível, tanto mais que a maioria do Partido Socialista (PSI) era "maximalista", isto é, revolucionária, recusando participar em qualquer governo burguês. As primeiras ocupações de fábricas ocorreram em março de 1919, em Bergamo, onde um comité de fábrica assumiu o controlo da produção²³. No final de 1919, uma rede de conselhos na indústria metalúrgica piemontesa envolveu 150.000 trabalhadores. Em abril de 1920, eclodiu uma greve geral em Turim, a propósito da hora legal (introduzida durante a guerra e que o patronato queria suprimir). De facto, a greve tornou-se rapidamente política, uma vez que o patronato se mostrou excecionalmente intransigente e recusou reconhecer uma delegação de trabalhadores não sindicalizados. O movimento encontra também a resistência da federação dos metalúrgicos, a FIOM, que é hostil aos comités de fábrica. Com a recusa do PSI em pedir a extensão da greve a toda a Itália, o conflito terminou num compromisso que estava longe de ser satisfatório para os metalúrgicos de Turim.

A greve de setembro de 1920, por outro lado, eclodiu em Milão e afectou toda a Itália. Em quase todo o lado foi acompanhada de ocupações de fábricas e até de controlo operário. Mas desta vez a greve tinha sido convocada pela FIOM como uma arma tática destinada a quebrar o lock-out dos patrões; não era certamente um movimento espontâneo e autónomo²⁴. Também esta greve terminou em capitulação: a legislação prometida sobre o "controlo operário" nunca viu a luz do dia.

No entanto, o fenómeno da organização das bases tinha sido mais forte e mais difundido em Itália do que em qualquer outro lugar. É verdade que o clima reinante no país era explosivo, sendo o desenvolvimento particularmente precoce do fascismo um bom indício da proximidade da revolução social. Foi no clima de febre revolucionária que reinava em Turim, no início de 1919, que alguns jovens socialistas "intransigentes", activos na extrema-esquerda do PSI, fundaram uma revista chamada *Ordine Nuovo*. O

²² A. Tasca, *Naissance du fascisme* (Paris, 1967), p. 45.

²³ *ibid.*, p. 54.

²⁴ *ibid.*, p. 103-4.

comité editorial incluía os futuros dirigentes do Partido Comunista Italiano: Togliatti, Tasca, Terracini, Gramsci. É a este último que se deve uma visão de conjunto do problema dos conselhos operários. Gramsci inspira-se nos modos de representação dos trabalhadores que surgiram durante a guerra, quando se tornou bastante comum a eleição de delegados dos trabalhadores com o objetivo de manter a disciplina no local de trabalho. Esta prática continuou depois da guerra, mas não foi oficialmente reconhecida até fevereiro de 1919, quando foram criadas "comissões internas" para supervisionar a aplicação justa do acordo que tinha acabado de ser assinado pela FIOM e pelos empregadores relativamente aos metalúrgicos piemonteses²⁵.

Antonio Gramsci percebeu a possibilidade de transformar essas comissões em conselhos operários, ou seja, em organizações eleitas por toda a base (mesmo não sindicalizada) e cuja competência não se limitaria apenas às questões salariais, de horário e de condições de trabalho²⁶. Aborda o problema das instituições proletárias desde 1918, tirando lições da Revolução Russa, do movimento dos shop stewards ingleses e das ideias do socialista americano Daniel De Leon. Mas a sua preocupação com a renovação das formas de luta de classes assenta numa crítica preliminar aos sindicatos que, segundo escreveu, se tinham transformado num aparelho pesado que vivia segundo leis próprias, alheias ao trabalhador e externas às massas. Os sindicatos caracterizavam um período em que o capital era dominante, tinham-se tornado responsáveis por uma função inerente a um regime baseado na propriedade privada, uma vez que vendiam a força de trabalho em condições comerciais num mercado competitivo. Eram incapazes de servir de instrumento para a renovação radical da sociedade²⁷.

Gramsci considerava que o partido também não estava adaptado às novas formas de luta proletária: existindo na arena política, desempenhava o mesmo papel que os sindicatos na esfera económica, nomeadamente o de uma instituição competitiva que devia a sua existência ao Estado burguês. Partidos e sindicatos não eram mais do que os agentes (*agenti*) do proletariado, para servirem de instrumentos de impulsão (*propulsione*) do processo revolucionário²⁸.

²⁵ H. Prouteau, *Les occupations d'usines en France et en Italie (1920-1936)* (Paris, 1967), p. 40.

²⁶ J. M. Cammett, *Antonio Gramsci and the Origins of Italian Communism* (Stanford, 1967), p. 74.

²⁷ "Sindacati e consigli", *Ordine Nuovo* (11 de outubro de 1919), in A. Gramsci, *L'Ordine Nuovo 1919-1920* (n.p., 1955), pp. 34-9 (doravante designada por *Opere*).

²⁸ "Il partito e la rivoluzione", *Ordine Nuovo* (27 de dezembro de 1919), in *Opere*, pp. 67-71.

A forma moderna de luta, continuou Gramsci, encarnava nos conselhos de trabalhadores. A sua superioridade em relação a outras estruturas resultava do facto de reunirem os trabalhadores no seu local de trabalho, e na sua qualidade de produtores, e não, como era o caso dos sindicatos, no seu papel de assalariados. Os conselhos representavam a negação da legalidade industrial: a sua "espontaneidade revolucionária" implicava que estavam prontos a declarar a guerra de classes a qualquer momento²⁹.

Mas os conselhos não eram meros instrumentos de luta. Na nova sociedade, eles deveriam tomar o lugar dos capitalistas e assumir todas as funções de gestão e administração. Além disso, a sua tarefa seria também melhorar as condições de produção e aumentar a produção³⁰.

Embora próxima do pensamento dos conselheiros alemães em certos pontos, a concepção de Gramsci não era isenta de uma certa ambiguidade. Ao contrário dos alemães, Gramsci não rompeu completamente com o socialismo clássico, que considerava que o partido e os sindicatos estavam investidos da tarefa revolucionária. Assim, após os fracassos das greves de abril e setembro de 1920, declara, desiludido, que cabe ao partido (um partido regenerado e reorganizado, é certo) dar o sinal para a revolução, e não a uma manifestação de grevistas. Não se deve exagerar as suas críticas ao partido: o alvo da sua fúria era o PSI histórico, mas nunca pôs em causa a superioridade da ação política *separada*³¹. Atribui constantemente aos socialistas a tarefa de conquistar a maioria nos conselhos, maioria essa que deve desempenhar um papel ativo na revolução³². Por fim, longe de negar o papel dos sindicatos, reconhece que estes desempenham uma função útil de educação e de preparação para a luta de classes³³.

O período "espontaneísta" de Gramsci, no qual ele chegou a falar de "auto-libertação" do proletariado, resultou de sua idealização dos soviets russos (sobre os quais ele estava mal informado)?³⁴ Terá vindo de alguma influência libertária efémera, uma vez que anarquistas militantes tinham estado activos no movimento de

²⁹ "Sindicalismo e consigli" *Ordine Nuovo* (8 de novembro de 1919), e segundo artigo, "Sindacati e consigli" (2 de junho de 1920), em *Opere*, pp.44-8,131-5.

³⁰ "Democrazia operaia", *Ordine Nuovo* (21 de julho de 1919), escrito em colaboração com Palmiro Togliatti, in *Opere*, pp. 10-13. Ver também J. M. Piotte, *La pensée politique de Gramsci* (Paris, 1970), p. 260.

³¹ Cammett, op. cit., p. 88.

³² Cf. "Il problema del potere", *Ordine Nuovo* (29 de novembro de 1919), e "Partito di governo e classe di governo" (6 de março de 1920) in *Opere*, pp. 56-60, 91-6.

³³ "Sindacati e consigli", op. cit. (20 de junho de 1920).

³⁴ No mesmo sentido, ver Piotte, op. cit., p. 263.

Turim?³⁵ Em todo o caso, a partir de 1921, Gramsci alinhou-se com a doutrina da Terceira Internacional sobre os conselhos. Em abril desse ano, escrevia: "O partido é a forma mais elevada de organização; os sindicatos e os conselhos de empresa são formas intermédias de organização"³⁶. Doravante, proclamava ele, a tarefa de "dirigir a espontaneidade das massas" já não deveria recair sobre os conselhos, mas sobre o partido, um partido poderosamente organizado e centralizado, do tipo bolchevique³⁷. Gramsci tornou-se depois líder do jovem Partido Comunista Italiano (PCI) e ocupou altos cargos na Comintern; o seu período nos conselhos seria relegado para a gaveta de baixo da história oficial do comunismo. Em todo o caso, o seu pensamento sobre este assunto era demasiado marcado pela ambiguidade, a audácia da sua crítica ao partido era demasiado ilusória para que ele pudesse trilhar um caminho marginal, fora do comunismo ortodoxo com o qual acabaria por se identificar completamente.

Apesar de situações semelhantes de fermentação revolucionária em vários países beligerantes, foi apenas na Alemanha que se deu uma rutura definitiva com o passado e que encontramos o desenvolvimento de uma teoria dos conselhos oposta ao comunismo de partido.

Do radicalismo de esquerda ao comunismo de esquerda

O comunismo de concelhos não nasceu com os próprios concelhos, embora o aparecimento destes últimos tenha precipitado a sua formulação. Como teoria política, é o culminar de uma longa tradição de oposição radical no seio da social-democracia alemã e dos sindicatos. O conflito com as tendências reformistas é tão antigo como as próprias organizações de trabalhadores socialistas. Se nos cingirmos ao período que se seguiu às "leis sobre os socialistas"³⁸, podemos constatar que uma vigorosa oposição de esquerda começou a fazer-se ouvir nas fileiras do partido socialista logo em 1890. Os seus porta-vozes, conhecidos como os "jovens" (*Die Junge*), protestavam contra o ambiente burocrático e ditatorial que quase reinava no partido. O culto do líder (*Führerprinzip*) permitia, segundo eles, a uma direção onipotente, paga pelo partido, abafar qualquer sinal de espírito revolucionário e continuar a jogar o jogo parlamentar

³⁵ Apesar de considerar abertamente as doutrinas libertárias como "perniciosas" (Cammett, op. cit., p. 125). Sobre as suas relações com os anarquistas, cf. P. C. Masini, *Antonio Gramsci e l'Ordine Nuovo. Visti da un libertario* (n.p., 1956).

³⁶ Citado por Piotte, op. cit., p. 271.

³⁷ *ibid.*, p. 373.

³⁸ *Sozialistengesetze* (1878-90), que proibiu as organizações socialistas durante este período. Sobre o desenvolvimento da social-democracia alemã, ver a obra clássica de C. E. Schorske, *German Social Democracy (1905-1917)* (Cambridge, Mass., 1955).

até ao fim. A revolução tornou-se uma palavra de ordem repetida regularmente no Reichstag. Mas este jogo puramente parlamentar adaptava-se bem aos gostos essencialmente reformistas da direção. Os "jovens" foram excluídos do partido no Congresso de Erfurt (1891) e fundaram grupos socialistas independentes. Das fileiras destes socialistas independentes surgiram publicistas, militantes anarquistas e anarco-sindicalistas tão conhecidos como Gustav Landauer e Fritz Kater.

Uma batalha semelhante estava então a decorrer no seio da organização sindical. Desde o congresso de Halberstadt (1892), uma fração anti-autoritária e revolucionária criticava duramente o centralismo estreito e as táticas puramente reformistas da direção. Os opositores da direção exigiam a autonomia das organizações locais (daí a sua alcunha: "os localistas"), o acesso aos fundos de greve e uma maior iniciativa das secções de base no lançamento de acções industriais. Em 1897, conseguiram criar uma fração independente onde, sob a influência do sindicalismo revolucionário francês após 1907, as ideias libertárias passaram a predominar.

A outra corrente oposicionista começou a desenvolver-se nos primeiros anos deste século. Embora fosse marxista, a sua leitura de Marx e Engels era muito mais radical do que a da ortodoxia social-democrata. *O radicalismo de esquerda*, embora se opusesse violentamente ao anarquismo, tinha alguns pontos em comum com este, nomeadamente a sua desconfiança em relação ao aparelho partidário e a sua fé nas práticas autónomas das massas. Após a eliminação dos elementos libertários das organizações socialistas e sindicais, foi esta corrente que retomou a norma, antecipando o comunismo de conselho do pós-guerra.

Na viragem do século, havia três correntes de pensamento principais no seio do partido social-democrata alemão. A direita revisionista, sem reconhecer sempre a sua dívida para com Edward Bernstein, preconizava uma política semelhante à dos partidos burgueses de esquerda, como o partido radical francês ou os liberais ingleses. Depois, havia o "Centro Marxista", que controlava o partido e cujo teórico autorizado era Karl Kautsky. A coberto de uma estrita ortodoxia doutrinal (ao contrário dos revisionistas, acreditava na inevitabilidade da revolução), Kautsky deu a sua autoridade a uma tática marcadamente prudente, pouco diferente da que Bernstein preconizava. Uma terceira família de pensamento surgiu durante a Revolução Russa de 1905-1907. Os radicais de esquerda (*Linksradikalen*), como eram chamados, reuniram-se em torno de Rosa

Luxemburgo, cujo livro *A greve das massas, o partido político e o sindicato* foi publicado pela primeira vez em 1906³⁹.

Inspirando-se na sua experiência da Revolução Russa, Rosa Luxemburgo expõe neste livro um certo número de ideias que já circulavam há alguns anos, nomeadamente entre os Tribunistas holandeses⁴⁰. A autora mostra que, na Rússia europeia, as acções revolucionárias - greves, revoltas, manifestações de rua - surgiam *espontaneamente*, sem serem provocadas por nenhum partido. A social-democracia russa estava insuficientemente implantada entre o proletariado, pelo que os próprios trabalhadores criaram as organizações revolucionárias que a situação exigia: comités de greve, comités de fábrica, conselhos de trabalhadores. A radicalidade das suas acções não era condicionada pela existência de um partido fortemente estruturado ou de um sindicato poderoso, mas soporífero. Na Alemanha, a espontaneidade dos trabalhadores foi sufocada pela burocratização do aparelho, pelo fetichismo da organização, pelo culto do líder. Centenas de funcionários permanentes do partido e do sindicato continuaram a aplicar a sua própria política, isolados das bases, relutantes em tomar iniciativas ousadas com medo de pôr em risco o seu magnífico edifício organizacional, que já não servia para nada. A preservação dos meios (a organização) passou a ter prioridade sobre o objetivo (a revolução)⁴¹.

Na sua disputa com Kautsky, Luxemburgo defendeu que a organização não era um fenómeno estático, mas um processo: os trabalhadores dão a si próprios as formas organizativas mais adequadas à sua luta. A separação artificial entre a acção económica e a acção política está ausente destas organizações. A política parlamentar do partido e a política estritamente salarial dos sindicatos devem ser submergidas pelo desenvolvimento de acções espontâneas, como as greves de massas. Do ponto de vista tático, esta querela assumiu um carácter mais concreto nos anos 1908-10, quando a direcção do partido excluiu a greve geral como meio de luta pela supressão do colégio eleitoral plural na Prússia.

Mas embora Rosa Luxemburgo tenha desenvolvido uma teoria da espontaneidade das massas que lhe permitiu estigmatizar o imobilismo do partido e o seu reformismo congénito, não conseguiu tirar todas as conclusões organizativas e teóricas que decorriam desta teoria. Até ao fim da sua vida, permaneceu uma militante

³⁹ R. Luxemburg, *The Mass Strike, the Political Party and the Trade Union* (Detroit, n. d. [1919]).

⁴⁰ Do nome do jornal de oposição à direcção do partido holandês, publicado a partir de 1907: *Die Tribune*.

⁴¹ Foi em 1906 (quando ainda era membro do SPD) que Robert Michels chamou a atenção para este fenómeno, antes de lhe dedicar um estudo sociológico mais detalhado em 1911.

profundamente ligada ao partido de massas, à hierarquia, aos congressos e às suas moções, em suma, a tudo o que constituía a essência da social-democracia pré-1914⁴².

Os holandeses, e Anton Pannekoek em particular, tiraram de facto todas as conclusões, nomeadamente as organizacionais, da sua crítica radical ao socialismo kautskiano. A sua discussão sobre a greve geral teve lugar bastante antes, em 1903, e os seus ataques ao reformismo do SDAPH (Partido Operário Social-Democrata da Holanda) levaram-nos a romper e a fundar um novo partido (o SDP, Partido Social-Democrata) em 1909. Este partido nunca atraiu mais do que algumas centenas de militantes e manteve-se à margem da Segunda Internacional (que, de qualquer modo, não o queria), mas esta rutura ilustrou a dimensão das divergências entre Gorter, Pannekoek e Roland-Holst, por um lado, e Troelstra, fiel seguidor de Kautsky, por outro⁴³.

A principal crítica dos Tribunistas a Troelstra e aos seus seguidores holandeses prendia-se com a sua conceção inteiramente mecanicista do marxismo. Embora seja verdade que a importância do proletariado deriva do seu lugar e da sua função no processo produtivo, disse Pannekoek, não se deve imaginar que a eclosão da revolução é inevitável. Da mesma forma, a organização é importante pela simples razão de que torna as massas fortes, disciplinadas, fundindo a vontade de cada um e de todos numa única vontade. É verdade que o parlamentarismo é um meio poderoso para aumentar a coesão da classe operária. E, a par disso, o sindicalismo é necessário para despertar os trabalhadores para a luta e induzi-los a aceitar a disciplina de classe. Mas, sublinha Pannekoek, "o socialismo não surgirá apenas pelo facto de todos os homens admitirem finalmente a sua superioridade sobre o capitalismo e as suas aberrações"⁴⁴. A classe operária deve, além disso, estar *consciente* da necessidade da luta e do socialismo. Pannekoek considerava este fator subjetivo extremamente importante, enquanto Kautsky o ignorava. A consciência de classe, defendia o primeiro, adquire-se através do envolvimento em acções de massas, conduzidas pelos próprios trabalhadores. O parlamentarismo, por outro lado, que era a atividade essencial da liderança, não é a luta de classes. É certo que, no passado, permitiu a unificação do proletariado, mas nunca poderá conduzir ao socialismo. Quanto aos sindicatos, são uma instituição já

⁴² O livro de J. P. Nettl testemunha-o abundantemente: *Rosa Luxemburg* (Londres, 1966).

⁴³ H. M. Bock, "Zur Geschichte und Theorie der holländischen marxistischen Schule", em A. Pannekoek e H. Gorter, *Organisation und Taktik der proletarischen Revolution* (Frankfurt, 1969), p. 12, fala de 500 membros; F. Kool (ed.), na sua introdução a *Die Linke gegen die Parteiherrschaft* (Olten, 1970), p. 89, coloca o número em 700.

⁴⁴ A. Pannekoek, *Die taktischen Differenzen in der Arbeiterbewegung* (Hamburgo, 1909).

perfeitamente integrada no sistema capitalista, uma vez que a sua função é vender a força de trabalho.

Esta crítica levou Pannekoek a relativizar o papel do partido e dos sindicatos, sem, no entanto, ir ao ponto de os examinar do ponto de vista de formas organizativas historicamente situadas e datadas. Por outro lado, na sua disputa com Kautsky entre 1911 e 1913, nega a possibilidade de transformar o Estado existente num Estado socialista através de uma maioria eleitoral e declara que o Estado burguês terá de ser totalmente destruído (*vernichtet*), o seu poder aniquilado (*aufgelöst*)⁴⁵.

Mas esta revolução não pode ser realizada pacificamente; não será realizada pelas políticas prudentes dos actuais dirigentes. Será necessária toda a força e vontade do proletariado em ação. O parlamentarismo e as reivindicações sindicais já não são suficientes. As novas formas de capitalismo (monopólios, cartéis, internacionalização da produção e dos mercados) deram origem a novas formas de luta: as acções de massas. A atitude passiva do "centro marxista" resulta do seu receio de que, com iniciativas "irreflectidas", as massas destruam as suas organizações pacientemente construídas. Os chefes, com Kautsky à cabeça, viam o seu papel como o de um travão, um controlo das iniciativas "selvagens". Para Pannekoek, trata-se de uma concepção singularmente restrita da organização, que se detém nas suas formas exteriores, nas suas estruturas visíveis. E isto numa altura em que a emergência de uma economia baseada em grandes unidades tinha despertado no proletariado um sentimento de pertença comum (*Zusammengehörigkeit*): é este fator espiritual que leva os homens a organizarem-se, a desenvolverem estruturas. Pode-se deitar fora as formas exteriores, o elemento subjetivo é indestrutível⁴⁶.

Em vésperas da guerra, os marxistas holandeses tinham assim percorrido um longo caminho em direção a uma rutura organizacional e teórica com a Segunda Internacional. Tinha demonstrado o carácter limitado da luta parlamentar (sem, no entanto, a rejeitarem totalmente), a essência capitalista dos sindicatos (cuja utilidade continuavam, no entanto, a sublinhar) e tinham feito da destruição do poder político a tarefa número um do movimento revolucionário. Finalmente (juntamente com os búlgaros e os russos, é verdade), tinham demonstrado que era possível romper com o

⁴⁵ A. Pannekoek, "Massenaktion und Revolution", *Die Neue Zeit*, vol. 1 (1912), p. 543, e "Die Eroberung der Herrschaft", *Leipziger Volkszeitung*, n.º 210 (1912).

⁴⁶ A. Pannekoek, "Marxistische Theorie und revolutionäre Taktik", *Die Neue Zeit*, vol. 1 (1912), pp. 272-81, 365-73. [Nota de John Gray: tradução inglesa em D.A. Smart (ed.) *Pannekoek and Gorter's Marxism* (Londres, 1978)]. Sobre a história do "radicalismo de esquerda", cf. H. M. Bock, *Syndikalismus und Linkskommunismus von 1918-1923* (Meisenheim am Glan, 1969).

movimento social-democrata. Mas, acima de tudo, tiraram dos movimentos de massas dos últimos anos (1893, 1903, 1905-7, 1903, 1910) lições duradouras sobre a relatividade das formas que a luta de classes pode assumir. Era natural, portanto, que adoptassem as novas estruturas organizativas que iriam surgir durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial.

A guerra precipitou as tendências latentes no radicalismo de esquerda. O que tinha começado por ser uma simples crítica do socialismo ortodoxo viria a transformar-se num movimento social e numa teoria revolucionária de pleno direito.

Dois tipos de factores contribuíram para isso. Por um lado, a guerra tinha posto em evidência o desejo da social-democracia alemã (mas o mesmo fenómeno tinha ocorrido no mesmo momento nos outros países beligerantes) de se integrar na sociedade burguesa e mesmo (depois de novembro de 1918) de a perpetuar. Este foi, de facto, o significado subjacente à "União Sagrada" (*Burgfriede*, ou "paz civil"), em que o SPD, através dos seus votos a favor dos créditos de guerra e da sua abstenção de qualquer oposição significativa, aprovou implicitamente a política de guerra do governo alemão. Paralelamente, os sindicatos, ao evitarem deliberadamente o envolvimento em conflitos laborais, chegando mesmo a cooperar com as autoridades militares na prevenção ou interrupção das greves que começaram a ferver espontaneamente nas fábricas de todo o Reich a partir de 1916, apresentaram-se como inimigos dos trabalhadores. Muito rapidamente se tornou claro que só seria possível continuar a luta apesar e contra as direcções sindicais. Toda uma parte do proletariado alemão ficou assim vulnerável às ideias da oposição de esquerda⁴⁷. Em menos de três anos, esta transformou-se de um punhado de intelectuais num imponente movimento de massas. Em junho de 1917, a oposição de esquerda representava mais de metade dos membros da organização sindical, e a rutura da primavera de 1917 mostrou até que ponto o próprio partido tinha sido afetado.

A teoria também deu um salto, encorajada pelo exemplo da Revolução Russa e pelo aparecimento de conselhos dentro do próprio Reich. A constituição de organismos autónomos, tanto nas fábricas como nas províncias e cidades, deveu-se às causas acima mencionadas. No momento em que os líderes operários começaram a cumprir as funções repressivas dos patrões e da polícia, cada movimento, cada greve tornou-se uma

⁴⁷ Tanto mais que os jornais de extrema-esquerda circulavam com uma facilidade espantosa, mesmo na frente de batalha. Cf. J. Miller, "Zur Geschichte der linken Sozial-demokraten in Bremen (1906-1918)", in *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft* (Sonderheft, 1958), pp. 202-17.

revolta. Tanto mais que a mais pequena ação no interior de uma fábrica resultava quase automaticamente no despedimento de dirigentes sindicais, na cessação do pagamento das quotizações sindicais e na improvisação de estruturas provisórias. Assim, mesmo que, no início, uma greve se prendesse apenas com, por exemplo, uma reivindicação salarial, evoluía rapidamente para uma ação em que as questões políticas e económicas se fundiam para minar o *status quo* social.

A teoria radical de esquerda alimentou-se vorazmente destes exemplos de espontaneidade de massas. A organização de conselhos como expressão da luta autónoma tornou-se o conceito fundamental da nova radicalidade.

Desde o início da guerra, os militantes de esquerda procuraram distinguir-se da social-democracia patriótica. No final de 1914, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring, Otto Rühle e Karl Liebknecht criaram um pequeno círculo de oposição, o grupo "Internazionale", mais tarde conhecido como "Grupo Spartakus". Liebknecht rompeu com a disciplina partidária em dezembro de 1914, votando contra os créditos militares, e foi seguido por Rühle na primavera de 1915. A sua oposição resoluta à guerra uniu todos os radicais de esquerda, com o seu ódio a todas as chefias (*Instanzen*), líderes parlamentares, funcionários pagos, propagandistas do partido. Mas as divergências não tardam a surgir no seio das fileiras da extrema-esquerda. As origens desta divisão remontam ao período anterior e à atitude adoptada em relação à social-democracia.

Uma ala direita, para a qual os líderes espartaquistas actuavam como porta-vozes⁴⁸, não desejava romper com o partido, temendo que, ao fazê-lo, se "separassem das massas". Subjacente a este argumento estava a sua relutância em romper com as velhas formas de organização e com os velhos hábitos da Segunda Internacional, objeto de tanta crítica no passado.

Esta ala ligou-se à fração centrista do partido, a "Sozialdemokratische Arbeitsgemeinschaft", em abril de 1917, para fundar o Partido Social-Democrata Independente (USPD), que adoptou uma linha muito moderada e cuja organização pouco diferia da do SPD.

A outra ala era mais extremista e seguia as suas premissas ideológicas até ao fim. Os radicais de extrema-esquerda eram constituídos por grupos locais,

⁴⁸ Na realidade, muitos espartaquistas não partilhavam as opiniões dos seus líderes, mas, dadas as circunstâncias, só estes últimos conseguiram fazer ouvir as suas opiniões. Liebknecht era, aliás, mais inovador do que Luxemburgo, como o demonstram os seus escritos na prisão, entre 1917 e 1918: Karl Liebknecht, *Politische Aufzeichnungen aus seinem Nachlass* (Berlim, 1921). Ver também Bock, op. cit., pp. 65, 66.

independentes uns dos outros, embora alguns deles já tivessem sido bastiões da oposição antes do início da guerra. É o caso, por exemplo, do grupo de Berlim, reunido em torno da revista *Lichtstrahlen* (editada por Julian Borchardt); do grupo de Bremen, em torno do *Bremer-Bürger-Zeitung* e, posteriormente, do *Arbeiterpolitik* (com Karl Radek, Paul Fröhlich, Johann Knief), fortemente influenciado pelo pensamento de Pannekoek; do grupo de Hamburgo, que edita o *Kampf*, sob a direção de Heinrich Laufenberg e Fritz Wolfheim. Outros grupos de extrema-esquerda estavam activos em Dresden, Frankfurt e Brunswick. Ao contrário dos espartaquistas, que não tinham rompido totalmente com a social-democracia, os extremistas esperavam individualizar-se do ponto de vista organizativo. Para eles, a tarefa do futuro para o proletariado era construir a sua própria organização e conduzir a sua própria política⁴⁹.

Apesar de terem conseguido cortar todas as pontes (nomeadamente as financeiras) com o partido, os extremistas só se reuniram numa estrutura distinta em 1920. Mas já no outono de 1915 se tinham autodenominado "Internacionais", depois de os delegados de Bremen e Hamburgo terem aprovado, na Conferência de Zimmerwald (setembro de 1915), a proposta de Lenine de construção da Terceira Internacional, enquanto os espartaquistas tinham preferido manter as suas ligações à Segunda Internacional.

Assim, nas vésperas da Revolução Russa, as Internacionais⁵⁰ afastavam-se muito claramente dos Spartakistas em dois pontos. Por um lado, exigiam uma organização construída segundo linhas diferentes das velhas formas encontradas na sua totalidade no USPD. Queriam uma organização que saísse da própria luta e orientada para a ação (*Aktionsfähig*)⁵¹. Em segundo lugar, para marcar o seu completo distanciamento do socialismo organizado do pré-guerra, planejavam construir uma nova Internacional. São estas ideias que Pannekoek defende no órgão da Esquerda de Zimmerwald, que edita com a sua compatriota Henrietta Roland-Holst⁵².

Com a Revolução de outubro na Rússia, a revolução de novembro de 1918 na Alemanha e o crescimento dos comités de fábrica e dos conselhos de trabalhadores, as Internacionais tinham finalmente encontrado uma forma concreta de organização da sua luta. A Rússia soviética ilustrou a sua própria noção de ditadura do proletariado, com o

⁴⁹ *Arbeiterpolitik* (Bremen), n.º 1 (24 de janeiro de 1916) e n.º 7 (17 de fevereiro de 1917), ver os editoriais.

⁵⁰ No início, o rótulo ISD referia-se, em rigor, apenas aos grupos de Hamburgo e Bremen. Mas, num curto espaço de tempo, todos os grupos extremistas passaram a ser conhecidos por este nome.

⁵¹ *Arbeiterpolitik* (Bremen), n.º 15 (14 de abril de 1917) e n.º 10 (26 de agosto de 1916).

⁵² "Zur Einführung", *Vorbote* (1 de janeiro de 1916), não assinado.

poder a emanar da base e a elevar-se até aos conselhos municipais e rurais⁵³. Em consequência do seu entusiasmo pela Revolução Russa, mudaram a sua designação e, em novembro, a ISD (Internacional Socialista Alemã) transformou-se na IKD (Internacional Comunista Alemã), publicando um jornal chamado *Der Kommunist*, que propagava a palavra de ordem: "Todo o poder aos soviets".

Paradoxalmente, a Revolução Russa voltou a reunir as Internacionais e os Spartakistas; tendo em conta a amplitude da turbulência revolucionária, decidiram fundir-se e fundar o Partido Comunista Alemão (KPD)⁵⁴.

O congresso constitutivo teve lugar em Berlim, a 30 e 31 de dezembro de 1918, no meio de uma grande exaltação. Mas isso não foi suficiente para apagar as divergências, e as correntes antagónicas vão cristalizar-se em torno de três questões. Que forma de organização deve predominar no novo partido (centralização ou descentralização com autonomia para as secções locais)? O novo partido deveria votar na Assembleia Constituinte (e assim participar nas instituições parlamentares)? Finalmente, qual deve ser a atitude do partido em relação aos sindicatos (entrada nos sindicatos existentes para estimular a oposição a partir do interior, ou construção de novas organizações, mesmo originais?)

Os delegados dividiram-se em dois blocos, mais ou menos segundo as linhas que separam as alas esquerda e direita dos antigos radicais de esquerda. Uma minoria de direita (Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Karl Radek, Paul Levi) favorecia a participação eleitoral, a entrada nos sindicatos existentes e uma organização centralizada e hierarquizada. Embora (por intermédio de Radek) este grupo tivesse a bênção dos bolcheviques, estava, no entanto, muito ligado ao *espírito* da social-democracia, que pretendia perpetuar no novo partido. A maioria, por outro lado, surgiu como herdeira dos temas mais ousados do radicalismo de esquerda. Nela se encontrava a maior parte dos grupos extremistas (as Internacionais de Bremen, Hamburgo, Dresden, etc.) e a ala esquerda dos espartaquistas que, pela primeira vez, manifestava abertamente o seu desacordo com os dirigentes respeitados⁵⁵.

⁵³ A. Pannekoek, "Bolschewismus und Demokratie", *Arbeiterpolitik* (Bremen), no. 5 (14 de dezembro de 1918).

⁵⁴ Radek desempenhou um papel vital nesta inesperada aproximação. Tendo sido ativo na organização de Hamburgo, juntou-se a Lenine em 1917 e defendeu a reunificação. Acrescente-se que os dirigentes bolcheviques eram muito populares entre as Internacionais, que reimprimiam na sua imprensa artigos de Lenine, Zinoviev e, claro, de Radek, embora este último não tivesse deixado boas recordações entre os seus antigos camaradas dos partidos alemão e polaco.

⁵⁵ Mais exatamente, as divergências eram mascaradas por uma fachada de unidade ideológica. Assim, mesmo na conferência constitutiva do USPD (em abril de 1917), o representante espartaquista Fritz Ruck

A confusão entre os espartaquistas (a começar pelos seus líderes) e a ala revolucionária dos radicais de esquerda foi deliberadamente encorajada pela historiografia comunista nos anos subsequentes. Na realidade, porém, os espartaquistas foram sempre bastante mais cautelosos do que as Internacionais, especialmente no que se refere à tática. Desde o congresso inaugural ficou claro que os primeiros pretendiam construir um partido de massas capaz de desempenhar um papel na vida política institucional da futura República de Weimar, enquanto os segundos, as Internacionais, estavam mais interessados em cristalizar a sua sede de ação revolucionária numa forma de organização completamente nova.

Esta infeliz *menage à deux* durou até à expulsão do grupo (maioritário!) que viria a ser conhecido como os comunistas de esquerda (*Linkskommunisten*) no Congresso de Heidelberg (outubro de 1919).

Em abril de 1920, o grupo expulso fundou o KAPD (Partido Comunista dos Trabalhadores Alemães). Desde o início, esta nova formação contava com 38.000 membros, ou seja, mais de metade do KPD, que ficou sem vida até à sua fusão com a maioria do USPD (em dezembro de 1920), este último com um dote de cerca de 300.000 militantes. O partido em que se encontravam os comunistas de esquerda devia encarnar os princípios concebidos e propagados desde 1915. O seu programa (inspirado por Pannekoek) rejeita totalmente o parlamentarismo e os sindicatos. Pretendia continuar a ser um partido de comunistas convictos que trabalhavam para desenvolver a consciência revolucionária das massas e a luta no local de trabalho através de organizações dentro da empresa (*Betriebsorganisationen*). O novo partido não estava organizado segundo linhas federais, como alguns poderiam ter esperado, mas segundo as linhas do "centralismo proletário", sendo as decisões dos órgãos superiores vinculativas⁵⁶. A sua recusa em trabalhar com os sindicatos reformistas levou o KAPD a assumir também a liderança programática e a direção a longo prazo das novas organizações de fábrica.

Estas organizações surgiram durante a guerra e o seu número aumentou rapidamente após novembro de 1918. Começaram a unir-se no verão de 1919, nomeadamente nas minas e nas indústrias metalúrgicas. Mas foi em fevereiro de 1920 (*antes* da criação do KAPD) que os comités de fábrica (*Betriebsorganisationen*) se

expressiu pontos de vista muito próximos dos das Internacionais. H. M. Bock, *Syndikalismus und Linkskommunismus*, op. cit., p. 62.

⁵⁶ *Programm der kommunistischen Arbeiter-Partei Deutschlands*, local de publicação não indicado, sem data [1920].

juntaram para formar a União Geral dos Trabalhadores da Alemanha (AAUD). Esta organização articulava-se em torno da empresa, sendo a célula de base formada pela fábrica ou oficina; estas organizavam-se depois a nível local, provincial (*Wirtschaftsbezirk*) e do Reich. O seu objetivo era gerar uma agitação revolucionária no interior das fábricas, com vista à destruição do capitalismo e à instauração de uma república de conselhos. Em 1920, a AAUD tinha cerca de 100.000 membros, mas no ano seguinte o número de membros diminuiu irremediavelmente.

O declínio das organizações de conselhos (principalmente a AAUD, mas também a união anarcossindicalista, a FAU) decorre das tendências centrífugas, patentes desde o seu nascimento, bem como da situação política e social do país. As organizações de fábrica multiplicaram-se durante o ano de 1919, em detrimento dos sindicatos, que recuaram consideravelmente, sobretudo nas indústrias pesadas do Ruhr e da Alemanha central. No início, os comités de fábrica formaram-se espontaneamente, sem qualquer ligação ideológica precisa. Só no final de 1919 é que começam a surgir divergências ideológicas. Em primeiro lugar, porque o partido comunista, sob a direção de Paul Levi, alertava os seus militantes para os perigos das tendências "anarquistas", convidando-os a votar nos conselhos de fábrica legais e a não participar em organizações extra-sindicais. Em segundo lugar, porque, a partir de dezembro de 1919, os anarco-sindicalistas, que até então partilhavam os pontos de vista dos comunistas de esquerda, adoptaram agora o programa de inspiração anarquista de Rudolf Rocker, negando a necessidade de uma ditadura do proletariado e do uso da violência. O novo programa regressou à visão sindicalista tradicional (revolucionária), nomeadamente que o sindicato, o instrumento de luta económica, estava destinado a tornar-se a unidade organizacional fundamental na sociedade do futuro.

Ao contrário dos dirigentes do KPD e da FAUD, os teóricos do Conselho pensavam em estruturas adaptadas à luta política e económica, constituídas no local de trabalho e não ao nível da localidade (como no caso dos sindicatos) ou dos antigos sindicatos (base organizativa da FAUD).

O aparecimento de uma teoria dos conselhos coincide com o das organizações fabris, embora seja impossível dizer qual foi o primeiro. No máximo, podemos presumir que o exemplo do IWW (a organização revolucionária americana baseada nos sindicatos

industriais) não deixou de influenciar o pensamento dos propagandistas de Hamburgo⁵⁷. Por outras palavras, quando a AAUD foi formada, apenas alguns dos comités de fábrica aderiram efetivamente a ela; além disso, duas tendências começaram a puxar a organização em direcções opostas logo nos primeiros meses da sua existência. A tendência de Brunswick, próxima da ala esquerda do USPD, seguiu o exemplo do IWW, defendendo o sindicato de toda a indústria como forma básica de organização. Abandonou a AAUD pouco tempo depois e caiu na obscuridade. A outra tendência, de esquerda, era mais profundamente prejudicial à coesão do sindicato. Tratava-se da chamada tendência "unitanst" (*Einheitsorganisationstendenz*), que rejeitava o controlo do KAPD sobre a *União* e exigia, em vez disso, uma organização unitária que fosse orientada tanto política como economicamente, ignorando os partidos políticos. Esta tendência era especialmente forte em Dresden, o feudo do seu principal teórico e porta-voz, Otto Rühle, que muito cedo (em dezembro de 1920) tornou a sua secção independente do KAPD. Em outubro de 1921, a sua organização, a secção da Saxónia Oriental, liderou uma série de outros grupos locais que abandonaram o KAPD e fundaram a AAUD-E (Organização Unitária da Liga Geral dos Trabalhadores Alemães).

Para além destas tendências centrífugas, as organizações concelhias de massas, as Ligas, foram ainda mais prejudicadas pela situação geral do país: inflação, desemprego crescente, repressão mais intensa, sobretudo após o fracasso da "ação" de março de 1921, no decurso da qual uma insurreição embrionária foi duramente reprimida pelo exército e pela polícia. Depois de 1921, a AAUD começou a perder o seu carácter de massa, transformando-se num grupo marginal. Afastou-se do KAPD em 1927 e, em 1931, formou a UAE (União Comunista dos Trabalhadores) juntamente com os remanescentes da AAUD-E. Tal como o seu nome indica, a UAE não tinha qualquer pretensão de ser um movimento operário de massas, mas era constituída por um grupo de propagandistas que lutavam "para fazer dos conselhos o instrumento da vontade de classe"⁵⁸.

⁵⁷ Foram os comunistas de esquerda de Hamburgo e de Bremen que redigiram os estatutos da AAUD em agosto de 1919. Cf. Bock, op. cit., pp. 130-2. Ver também F. Wolffheim *Betriebsorganisationen oder Gewerkschaften* (Hamburgo, 1919; o texto data de agosto).

⁵⁸ *Massenaktion*, panfleto publicado pela UAE (Berlim, 1933). Desde há muito que a AAUD-E se dividia entre os que pretendiam manter uma organização sólida, com decisões tomadas no topo e vinculativas para as bases (os *Rätekommunisten*), e os que exigiam a abolição de todas as estruturas organizativas restritivas. No que respeita à propaganda, dirigida sobretudo contra os partidos políticos, apelava à extensão da palavra de ordem dos conselhos. Cf. *Die Allgemeine Arbeiter-Union (Einheitsorganisation). Was sie ist und was sie will!* (Frankfurt am Main, 1927).

O KAPD sofreu um declínio igualmente rápido após 1921, dilacerado por disputas pessoais e ideológicas. As principais divergências diziam respeito ao carácter vinculativo das decisões dos órgãos superiores, às relações com a AAUD e à questão da adesão à Terceira Internacional. Os grupos locais tornam-se cada vez menos autónomos, enquanto o centralismo se sobrepõe progressivamente aos princípios federalistas, e a AAUD torna-se rapidamente um apêndice sindical de um partido que se felicita por ter reunido os "elementos de vanguarda". Uma última questão de importância prática veio agravar as já consideráveis dificuldades do partido: deveriam os militantes participar em lutas puramente económicas (*Lohnkampf*)? A direcção berlinense, dominada por Karl Schröder (apoiado no terreno doutrinário pelo holandês Herman Gorter), revelava tendências ditatoriais e dogmáticas singulares. Em março de 1922, Schröder foi derrotado na votação e expulso do partido. Assim, formou a sua própria "Tendência de Essen" (*Essener Richtung*), com o seu próprio jornal, o seu próprio congresso e a sua "própria" AAUD. Por conseguinte, a partir de 1922, coexistiram dois KAPDs, mas o seu número era irrisório, com 12 000 militantes na tendência de Berlim no final de 1922 e apenas 600 na ala de Essen⁵⁹.

Em primeiro lugar, a maior parte das actividades da tendência de Essen foram dedicadas à criação de uma Quarta Internacional. Esta tentativa, em si mesma, teria apenas um interesse passageiro se não tivesse surgido imediatamente após o imbróglio do KAPD com a Terceira Internacional, que causou uma certa agitação no seio da Internacional e que marcou o aparecimento de uma teoria comunista dos conselhos em oposição ao comunismo de partido do Comintern.

O comunismo de conselhos e o comunismo de partido

Vimos que o comunismo de esquerda, tal como surgiu em 1918, segue as pegadas do radicalismo de esquerda do período anterior. Os bolcheviques pertenciam a esta oposição radical na Segunda Internacional. Chegaram mesmo (como os holandeses em 1909) a romper organizacionalmente com a social-democracia russa em 1903. Durante a guerra e, sobretudo, após a Revolução de outubro, os dirigentes bolcheviques mantiveram-se muito próximos da extrema-esquerda alemã, especialmente do Grupo de Bremen. Tanto os bolcheviques como as "Internacionais" alemãs se encontraram na esquerda zimmerwaldiana (mas não os espartaquistas, que se opunham à construção de

⁵⁹ H. M. Bock, op. cit., p. 209. Em 1923, o conjunto dos grupos e seitas comunistas do conselho contava com menos de 20.000 pessoas (F. Kool, op. cit., p. 145).

uma nova internacional), confiando a Pannekoek e Roland-Holst a redação do seu órgão oficial, o *Vorbote*⁶⁰.

A Revolução Russa foi acolhida com entusiasmo por todos os socialistas radicais, e sobretudo pelas Internacionais, que viam nela a instauração da ditadura do proletariado através dos conselhos⁶¹. O seu entusiasmo era tanto maior quanto o recente panfleto de Lenine, *Estado e Revolução* (publicado na Rússia em 1918), adoptava explicitamente as ideias que Pannekoek tinha expresso na sua disputa com Kautsky sobre a destruição do Estado burguês e do poder político enquanto tal. Os futuros comunistas de esquerda viram nele uma carta para as suas próprias aspirações revolucionárias; Lenine tinha formulado os temas clássicos dos *Linksradikalen*: destruição do Estado, rejeição das eleições (e, portanto, do parlamentarismo), advento de uma associação livre e igualitária dos produtores⁶². É verdade que uma leitura mais atenta do panfleto revela algumas proposições bastante diferentes. Com efeito, Lenine afirmava também que, no período pós-revolucionário, continuaria a existir um Estado (transitório) que exerceria um controle *extremamente rigoroso* e, como todos os Estados, repressivo⁶³.

As divergências só se tornaram públicas no decurso de 1919, quando os comunistas de esquerda (agora no KPD) se aperceberam de que Moscovo, e pouco depois a Terceira Internacional, apoiavam a ala direita do partido, ou seja, os elementos que favoreciam os piores desvios da social-democracia: o culto da organização pela organização, o parlamentarismo, o sindicalismo, a adoração de dirigentes. Após o assassinato dos seus dirigentes históricos (Luxemburgo, Liebknecht, Jogiches), o "direitista" Levi assumiu a direção do partido (no final de abril de 1919) e impôs uma política de "entrismo" nos sindicatos, de participação eleitoral, através de um fluxo de decisões sem recurso e de congressos reunidos em condições irregulares⁶⁴. Os opositores foram qualificados como anarquistas e anarco-sindicalistas e, no congresso de Heidelberg, em outubro de 1919, Levi anunciou que todos aqueles que discordassem das suas opiniões deveriam abandonar o partido, tendo mesmo obtido uma maioria a

⁶⁰ Rosa Luxemburgo tinha manifestado reservas em relação a três pontos: o princípio das nacionalidades, a não coletivização das terras, a ditadura do partido. Estas reservas vêm juntar-se às suas reticências em romper com a social-democracia, pelo menos até dezembro de 1918. Cf. o seu *The Russian Revolution* (Londres, 1959; escrito em 1918).

⁶¹ A. Pannekoek, "Bolschewismus und Demokratie", op. cit. Ver também o seu artigo, "Der Anfang", *Arbeiterpolitik*, no. 48 (30 de novembro de 1918).

⁶² V. Lenine, *Estado e Revolução* (Moscovo, 1970).

⁶³ *Ibid.* (itálico no texto original).

⁶⁴ O. C. Flechtheim, *Le parti communiste allemand sous la République de Weimar* (Paris, 1972), pp. 85ss. Segundo Broué, a autoridade efectiva de Paul Levi sobre o partido data de março de 1919: op. cit., p. 295.

favor da expulsão... a maioria! E isto numa altura em que os sindicatos estavam totalmente desacreditados, em que as ligas operárias surgiam por todo o país, em que cada vez mais trabalhadores boicotavam as eleições a favor da ação direta.

No outono de 1919, os comunistas de esquerda consideraram que Levi está cada vez mais tentado pelo oportunismo social-democrata e que eles, o grupo expulso, são os verdadeiros representantes do comunismo revolucionário. Por conseguinte, formaram o seu próprio partido comunista, cujo lugar, na sua opinião, era na Terceira Internacional. O seu desejo de aderir à nova organização que Moscovo acabara de criar resultou de um mal-entendido. Estavam convencidos de que Lenine os reconheceria como comunistas assim que tivesse um momento para falar com eles e se deixasse persuadir do oportunismo do KPD.

Infelizmente para eles, o oportunismo do KPD só existia porque correspondia à política da nova Internacional, ou seja, à política de Moscovo. Desde o congresso inaugural do KPD, Radek tinha-se manifestado totalmente a favor da direita e foi através dos seus auspícios que Levi assumiu a direção do partido. O próprio Lenine, numa carta dirigida aos comunistas de esquerda, datada de setembro de 1919, tinha advertido contra a não participação nas eleições e contra o boicote dos sindicatos e dos comités de fábrica legais, e tinha descrito a sua atitude como "uma desordem infantil"⁶⁵. Foi ainda mais incisivo no seu famoso panfleto sobre o "comunismo de esquerda", escrito na primavera de 1920 e entregue aos delegados do Segundo Congresso da Internacional Comunista, abandonando a sua anterior posição equívoca e condenando explicitamente os "esquerdistas holandeses". Defendia um partido disciplinado e centralizado, dando muito pouca importância à linha federalista defendida pela maioria dos comunistas alemães. No seio dos sindicatos, distingue entre dirigentes e massas, sendo que apenas os primeiros são corruptos; daí conclui que a entrada nos sindicatos é necessária para conquistar as massas e desalojar os dirigentes. Da mesma forma, insistiu na necessidade absoluta de participar nos parlamentos burgueses, na medida em que as massas ainda estivessem ligadas a eles, e em todas as outras instituições burguesas em que se pudesse entrar. O jogo parlamentar deve ser explorado em todas as suas formas: alianças eleitorais, compromissos, colaboração. Esta política justifica-se, na opinião de Lenine, pela necessidade imperiosa de elevar a consciência das massas a todo o custo e

⁶⁵ Carta em *Kommunistische Arbeiter-Zeitung* (Hamburgo), n.º 191 (1919).

de preparar o caminho para os soviéticos. A revolução precisa de um partido de massas e, nos países ocidentais, a quantidade deve prevalecer sobre a qualidade⁶⁶.

Apesar do fosso ideológico existente desde o início entre Moscovo e os comunistas de esquerda, estes últimos esperaram dois anos inteiros antes de perderem a esperança e abandonarem a Terceira Internacional. O KAPD enviou três delegações sucessivas a Moscovo, duas durante o verão de 1920 e uma no outono. Otto Rühle, que se deslocou a Moscovo em maio, regressou desencantado, falando do sistema centralizado e da ditadura do partido⁶⁷. No seu regresso, rompeu com o KAPD, levando consigo a região da Saxónia Oriental. A direção do partido não ficou convencida com o seu relatório e três dos seus dirigentes, entre os quais Gorter e Schröder, foram a Moscovo em novembro de 1920.

Entretanto, o Segundo Congresso da Internacional Comunista tinha acabado de condenar o "comunismo de esquerda" ao recusar aceitar o KAPD. A linha do partido sobre o parlamento e os sindicatos foi considerada "inadequada". O seu programa foi descrito como "capitulando perante a opinião sindicalista [revolucionária]"⁶⁸. Além disso, os pontos 9 e 11 (relativos ao trabalho nos sindicatos e no parlamento) das vinte e uma condições de admissão aprovadas no mesmo congresso contradiziam claramente o programa do KAPD.

Gorter, que estava determinado a organizar uma oposição revolucionária no seio da Internacional Comunista, conseguiu, no entanto, obter uma admissão temporária como "partido simpatizante", com estatuto consultivo⁶⁹. Mas os planos de Gorter não deram em nada e, após o Terceiro Congresso da Internacional Comunista (verão de 1921), o KAPD foi obrigado a fundir-se com o KPD. Gorter e a tendência de Essen dedicaram-se à criação de uma Quarta Internacional. Esta, a KAI (Internacional Comunista dos Trabalhadores), foi fundada em 1922 e só existiu no papel, atraindo algumas centenas de militantes, na sua maioria alemães e holandeses⁷⁰.

Apesar destes avatares organizacionais, a partir de meados de 1920, a teoria do conselho já não era apenas a expressão mais extrema do radicalismo de esquerda, mas emergiu como diametralmente oposta à ideologia bolchevique partilhada pelos partidos

⁶⁶ V. Lenine, *O comunismo de "esquerda", uma perturbação infantil* (Pequim).

⁶⁷ "Bericht über Moskau", *Die Aktion*, no. 39/40 (1920).

⁶⁸ In *Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale communiste* (Paris, 1934; reimpressão fac-similada Paris, 1970), pp. 47, 49.

⁶⁹ Bock, op. cit., p. 257.

⁷⁰ Trotsky não hesitou em criticar antecipadamente (no Terceiro Congresso da Internacional Comunista) esta Quarta Internacional "que não corre o risco de se tornar muito numerosa". É evidente que ele pensava o contrário quando criou a sua própria Quarta Internacional alguns anos mais tarde.

comunistas que tinham subscrito as condições impostas pelo Comintern. A partir deste momento, podemos começar a falar de um *comunismo de conselho*, que continua a tradição radical do marxismo e se opõe ao *comunismo de partido*, herdeiro do oportunismo da Segunda Internacional.

Por conseguinte, a teoria dos conselhos apresentou-se inicialmente como uma crítica virulenta ao próprio partido que viria a ser conhecido mais tarde como o partido comunista "ortodoxo" ou "oficial", e que acabou por se tornar o partido "marxista-leninista". Em vez de sindicatos e partidos, o comunismo de conselho propõe agrupamentos naturais, ou seja, históricos, das massas: os conselhos. Finalmente, substitui a Revolução Russa no contexto da evolução histórica do capitalismo, considerando-a como uma revolução burguesa.

O parlamentarismo, o partido e os sindicatos, afirmam os conselheiros, são formas de luta adaptadas a uma outra época, pré-revolucionária. Durante esta fase histórica, que terminou mais ou menos com a Primeira Guerra Mundial, o proletariado não era muito numeroso e estava totalmente atomizado. Precisava de uma organização para defender os seus interesses imediatos, de dirigentes que o representassem nas instituições do Estado burguês. Nesse período, os sindicatos desempenharam inegavelmente um papel positivo, extraíndo dos capitalistas concessões indispensáveis à melhoria do bem-estar dos trabalhadores. Do mesmo modo, os partidos socialistas unificavam a classe, que se encontrava assim individualizada e representada *em bloco*⁷¹. Mas, rapidamente, com o aumento do número de trabalhadores, estas organizações externas à classe operária começaram a gerar a sua própria burocracia, que se tornou cada vez mais independente das massas e tendia a defender os seus próprios interesses. Em consequência, as organizações começaram a identificar-se com o sistema capitalista e, por conseguinte, a obstruir a luta revolucionária⁷².

Se o proletariado era naturalmente reformista no período anterior à Primeira Guerra Mundial, na fase seguinte aspirava à revolução. Já não se preocupava em obter concessões do patronato ou do Estado, mas em suprimir ambos. Face a este objetivo, inerente ao proletariado, as velhas organizações e as velhas tácticas (as do velho

⁷¹ H. Gorter, *Offener Brief an den Genossen Lenin, eine Antwort auf Lenins Broschüre: Der Radikalismus, eine Kinderkrankheit des Kommunismus* (Berlim, n.d. [1921]).

⁷² F. Wolffheim, *Betriebsorganisationen oder Gewerkschaften* (Hamburgo, 1919), e A. Pannekoek, *Weltrevolution und kommunistische Taktik* (Viena, 1920).

movimento social-democrata) tinham-se tornado um travão ao desenvolvimento de novas formas de ação que são essencialmente *acções de massas*⁷³.

Sem dúvida que, antes da guerra, os radicais de esquerda tinham demonstrado as insuficiências do parlamentarismo a qualquer preço, apontando para a forma como era praticado pelos chefes socialistas. Mas admitiam que tinha uma certa utilidade na educação das massas e como instrumento de propaganda. Os próprios Socialistas Internacionais (ISD) continuaram a exprimir este ponto de vista até às vésperas da Revolução Russa⁷⁴. Quanto aos marxistas holandeses, recusaram desde muito cedo assimilar a noção de luta parlamentar à de luta revolucionária⁷⁵. Mas ninguém poderia ter essa ilusão depois de a social-democracia se ter comportado como a salvadora do capitalismo em novembro de 1918 e depois. Otto Rühle chegou mesmo ao ponto de considerar que um partido era incapaz, por definição, de ser outra coisa que não uma instituição burguesa; o termo "partido revolucionário" parecia-lhe um disparate⁷⁶.

Os sindicatos desempenhavam, no domínio económico, a mesma função de compromisso que os partidos na cena política. Não passam de uma instituição que funciona no quadro da sociedade burguesa e que, como a guerra demonstrou de forma tão evidente, actua como um poderoso escudo para esta. Por isso, seria completamente absurdo pensar em transformar os sindicatos em instrumentos revolucionários. Enquanto "órgãos do capital", os sindicatos não aspiram a mais do que o reconhecimento por parte do aparelho dirigente⁷⁷. O próprio desenvolvimento do sindicalismo leva-o necessariamente a entrar em conflito com a classe operária, e a luta revolucionária começa no momento em que os trabalhadores decidem organizar-se fora das estruturas sindicais. Os dirigentes sindicais agarram-se às suas posições e ao seu novo estatuto social (pois o seu papel sindical transformou estes antigos trabalhadores

⁷³ "Der Parlamentarismus in der proletarischen Revolution", *Proletarier* (Berlim), n.º 2 (novembro de 1920).

⁷⁴ "Zur Frage der Einheitschule", *Arbeiterpolitik* (Bremen), n.º 7 (17 de fevereiro de 1917). Cf. também Bock, "Zur Geschichte und Theorie der holländischen marxistischen Schule", op. cit., p. 17.

⁷⁵ Foram, sem dúvida, influenciados pelo fundador da social-democracia neerlandesa, Ferdinand Domela Nieuwenhuis, que se tornou posteriormente um socialista libertário. A partir da década de 1890, Nieuwenhuis opõe-se ao parlamentarismo em favor da luta de classes e adverte os partidos marxistas, de quem suspeita que se orientem para o socialismo de Estado e a ditadura. Ver o seu *Socialisme en danger*, 3ª ed. (Paris, 1897), pp. 48, 72, 216.

⁷⁶ O. Rühle, *Von der bürgerlichen zur proletarischen Revolution* (Berlim, 1970), p. 32 (o texto data de 1924).

⁷⁷ *ibid.*, pp. 38-43, e A. Pannekoek, *Workers' Councils* (Melbourne, 1950: Versão inglesa de *De arbeidersraaden*, publicada em Amesterdão, em 1946, sob o pseudónimo de P. Aartsz), p. 65. Ver também as suas "Five Theses on the Class Struggle", *Southern Advocate for Workers' Councils* (Melbourne, maio de 1947).

em pequenos burgueses), reunindo todas as suas forças para se oporem à revolução e ao comunismo⁷⁸.

A direção da Terceira Internacional tinha imposto aos comunistas do Ocidente a concepção de um partido comunista de massas. Por isso, incentivaram por todo o lado a unificação das minorias revolucionárias com a ala esquerda da social-democracia. Assim, o KPD transformou-se, de um dia para o outro, de um grupo de alguns milhares de membros num poderoso partido com mais de 300.000 membros. Os comunistas do Conselho atacaram esta tática que, na sua opinião, só poderia conduzir a uma situação de domínio dos dirigentes. Com efeito, a grande maioria destes recém-chegados estava longe de ter adquirido uma consciência comunista, o que só poderia significar que entregariam a responsabilidade aos seus dirigentes. Nestas condições, a revolução só poderia conduzir a um partido, mas não a uma ditadura de classe. Quando uma classe ainda não está preparada para a revolução, ninguém a pode levar a cabo em seu lugar. E quando uma minoria se apodera do poder e o mantém em nome do proletariado, está apenas a seguir uma linha neoblanquista, não o comunismo. É importante libertar os trabalhadores não só da sua sujeição física e material à burguesia, mas também da sua escravatura espiritual. Mas esta tarefa imensa e difícil não pode ser empreendida por uma vanguarda resoluta⁷⁹. A revolução proletária será o trabalho das massas como um todo, e se elas permitirem que um partido tome o poder em seu lugar, então tudo o que terá sido alcançado é uma revolução burguesa. Porque a revolta contra o capital é também uma revolta contra todas as velhas formas de organização⁸⁰.

Isto leva-nos ao cerne da teoria dos concílios. Os conselhos não eram simplesmente novas formas de organização surgidas para substituir as antigas. Eles eram também a expressão da classe em luta⁸¹. Nesta nova fase da luta, o proletariado procurava destruir o Estado e o trabalho assalariado. Tinha-se apercebido de que uma revolução não consiste numa mudança de maioria no parlamento ou no facto de um partido político chegar ao poder. As novas formas de produção, as grandes unidades económicas, a internacionalização dos mercados e o desenvolvimento dos monopólios

⁷⁸ J. H. [A. Pannekoek], "Trade Unionism", *International Council Correspondence* (Chicago), n.º 2, janeiro de 1936).

⁷⁹ H. Gorter, "Partei, Klasse und Masse", *Proletarier*, n.º 4 (fevereiro-março de 1921), e A. Pannekoek, "Der neue Blanquismus", *Der Kommunist* (Bremen), n.º 27 (1920).

⁸⁰ [A. Pannekoek], "Partei und Arbeiterklasse", *Rätekorrespondenz* (publicado pelo GIC, o Grupo Comunista Internacional Holandês), n.º 15 (março de 1936), e J. Harper [A. Pannekoek], "General Remarks on the Question of Organization", *Living Marxism* (Chicago), n.º 5 (novembro de 1938). 5 (novembro de 1938).

⁸¹ "Arbeiterräte und kommunistische Wirtschaftsgestaltung", *Rätekorrespondenz*, n.º 5 (outubro de 1934).

provocaram uma transformação da mentalidade do trabalhador. Ele queria agora ser dono do seu destino e, antes de mais, da base de todas as sociedades: os meios de produção. Mas, embora a classe operária já possuísse a força material necessária (números, mas também a sua função produtiva) para derrubar os seus senhores, estava ainda demasiado impregnada da ideologia burguesa para ter uma consciência clara disso⁸². Em consequência, a revolução proletária deveria levar uma época inteira, resultante de um lento processo de amadurecimento entre as massas, de uma consciência cada vez maior das tarefas que a aguardavam.

Obviamente, nesta nova fase da luta, o proletariado não pode esperar contar com as suas velhas organizações agora aliadas ao capitalismo. Estas eram adequadas a uma forma de luta em que os líderes dominavam as massas passivas; em que a revolução era concebida como uma operação que tinha sido prevista e planejada antecipadamente - pela liderança. A revolução proletária, pelo contrário, deveria ser o fruto de uma luta *espontânea* travada pela classe como um todo. Novas formas de organização, mais adequadas, surgiriam. Mas não havia necessidade de as inventar, porque elas já tinham uma existência histórica concreta: os conselhos de trabalhadores⁸³.

É certo que a emergência destes conselhos não foi seguida do advento de uma sociedade comunista. As condições económicas atrasadas da Rússia em 1917 tinham impedido a classe operária de chegar ao poder. O mesmo poderia ter acontecido na Alemanha, em novembro de 1918, se os trabalhadores não tivessem sido travados pelas concepções que a social-democracia lhes tinha inculcado durante anos. Estes exemplos históricos provaram, pelo menos, que tinha chegado o momento da ação de massas, que o comunismo seria instaurado pelos conselhos⁸⁴.

O facto de os conselhos só terem tido uma existência histórica muito limitada (na Rússia, rapidamente se tornaram órgãos do Estado, instrumentos dóceis da dominação do partido) leva-nos a perguntar se os comunistas de conselho restringiram ou não o seu papel ao período pré-revolucionário. As respostas a esta questão não são, de facto, muito uniformes. A maior parte dos teóricos, no entanto, atribui-lhes uma dupla função, vendo neles tanto uma organização revolucionária *como* a base da futura sociedade comunista. Isto é, devem funcionar simultaneamente como unidade de luta e de destruição no período revolucionário e como detentores de poderes económicos

⁸² A. Pannekoek, *Conselhos de trabalhadores*, op. cit., secção 1: "A tarefa".

⁸³ J. H. [A. Pannekoek], "Os Conselhos de Trabalhadores", *International Council Correspondence*, no. 5 (1936).

⁸⁴ K. Horner [A. Pannekoek], *Sozialdemokratie und Kommunismus* (Hamburgo, 1919).

(sobretudo a gestão da produção) e políticos (ditadura do proletariado) na fase seguinte⁸⁵. Mas se todos estão de acordo com isto, alguns atribuem ao proletariado a tarefa de formar conselhos desde já, enquanto outros vêem os conselhos apenas como órgãos de um futuro Estado concelhio⁸⁶.

Desde que nos atenhamos à crítica do comunismo de partido e ao papel dos conselhos no processo revolucionário e na fase de transição do comunismo, a maioria dos membros do movimento dos conselhos está mais ou menos de acordo. As divergências surgem quando se tenta responder à velha questão da organização *atual* dos revolucionários. O aparecimento de uma rede de conselhos assinalaria uma fase muito avançada da consciência de classe: ao assumirem eles próprios a responsabilidade pela abolição da sociedade do lucro, os trabalhadores demonstrariam assim que adquiriram uma mentalidade verdadeiramente comunista. Até então, aqueles que tinham uma consciência clara das tarefas, os comunistas, constituíam uma minoria. Deveriam eles organizar-se, intervir nas lutas dos trabalhadores para lhes indicar o caminho a seguir? Depois, se se juntassem numa organização comum, que tipo de estrutura deveriam ter?

Todas estas questões deram origem a debates acesos nos círculos conselhistas e continuam a dividi-los até aos dias de hoje. Esquemáticamente, podemos dizer que a grande maioria dos comunistas de conselho se opõe à ideia de qualquer grupo externo que *dirija* a luta no interior das fábricas. Do mesmo modo, em princípio, o movimento concelhio é hostil aos pontos de vista dos comunistas de partido sobre o centralismo, a disciplina e a hierarquia. Dito isto, encontramos de facto nuances que cobrem todas as cores do espectro delimitado por dois pólos, um tendente à organização, o outro à espontaneidade.

No momento em que o comunismo de conselhos se encarnou num verdadeiro movimento, mais ou menos durante os anos 20, houve uma grande tentação de construir um *partido* conselhista. Esta tendência era representada pelos dirigentes do KAPD e, sobretudo, pelo seu teórico, Herman Gorter. Gorter (1864-1927) foi um dos grandes poetas holandeses da escola impressionista. Começou a desempenhar um papel ativo no SDAP (Partido Social-Democrata Holandês) a partir de 1896, opondo-se à tendência

⁸⁵ K. Schroder, *Vom Werden der neuen Gesellschaft* (Berlim, n.d. [1920]); O. Ruhle, *Von der bürgerlichen zur proletarischen Revolution*; J. Harper [A. Pannekoek], "General Remarks on the Question of Organization". Ver também o primeiro programa do KAPD (1920).

⁸⁶ Em geral, eram os kapistas fervorosos que viam nas organizações fabris existentes o núcleo dos conselhos. Para um "Estado de Conselho", cf. o segundo programa do KAPD (repr. em Bock, op. cit) e Pannekoek, que os compara ao parlamento (*Conselhos de Trabalhadores*, p. 47).

revisionista. A partir de 1907, integrou o grupo oposicionista que viria a fundar o pequeno Partido Socialista (SDP) em 1909 (com Pannekoek, Van Ravesteijn e Wynkoop). Em 1918, participou na fundação do partido comunista neerlandês, antes de viajar para a Alemanha, onde se juntou à ala esquerda do KPD. A partir de 1920, torna-se teórico do KAPD alemão (tendência de Essen) e do seu homólogo neerlandês, que consegue reunir para formar uma Internacional Comunista dos Trabalhadores (KAI) em 1922⁸⁷.

Para Gorter, o proletariado precisava de dois tipos de organização: a que se baseava no local de trabalho, a fábrica, e a que reunia militantes "esclarecidos". Os primeiros constituiriam as ligas operárias, enquanto os outros formariam o partido. A liga operária é uma organização de massas que se ocupa da luta quotidiana na fábrica. Mas o inconveniente da liga é a sua tendência para o reformismo, limitando-se às reivindicações salariais. Ou, pelo contrário, como resultado de uma avaliação incorreta da situação, é suscetível de utopia. O partido, pelo contrário, está lá para segurar o leme: é capaz de apontar o caminho a seguir, uma vez que é composto por aquela fração (ainda que mínima) da classe trabalhadora que possui o conhecimento e uma consciência clara dos objetivos revolucionários. O proletariado ocidental precisava destes partidos "puros", que lembrassem o partido formado pelos bolcheviques em 1902-3. Mas o partido não deve procurar obter o poder para os seus próprios fins, pois a ditadura revolucionária deve ser a de toda a classe. Em todo o caso, profetizou Gorter, o proletariado dos países industrializados da Europa Ocidental e da América do Norte é demasiado numeroso para que seja possível uma ditadura do partido. O partido dos comunistas puros prefigura os conselhos políticos, enquanto os sindicatos antecipam o advento dos conselhos económicos⁸⁸.

As concepções organizacionais de Gorter não eram assim tão diferentes das de Lenin; uma dualidade partido-sindicato, com o primeiro a ter precedência sobre o segundo, tinha afinal sido estabelecida em "*O que fazer?*" já em 1902.

Otto Rühle (1874-1943) também não abandonou completamente esta linha, exceto na medida em que defendia uma organização "unitária". Rühle era um professor com um profundo interesse por problemas pedagógicos e psicológicos, bem como um deputado social-democrata no Reichstag quando a guerra rebentou. Seguiu Liebknecht

⁸⁷ Uma bio-bibliografia pormenorizada de Gorter pode ser encontrada em S. Bricianer, op. cit., e em Kool (ed.), *Die Linke gegen die Parteiherrschaft*, op. cit.

⁸⁸ H. Gorter, "Partei, Klasse und Masse", op. cit., e *Die Klassenkampf-Organisation des Proletariats* (Berlim, 1921). Ver também o seu *Offener Brief an den Genossen Lenin...*, op. cit.

no voto contra os créditos de guerra em março de 1915. Desde a fundação do KPD que se encontra na oposição de esquerda, que posteriormente seguiu para o KAPD, levando consigo a sua própria organização na Saxónia Oriental (tinha sido eleito presidente do conselho de trabalhadores de Dresden em novembro de 1918). No regresso, desiludido, de uma viagem à Rússia soviética, separa o seu grupo regional do KAPD e, em 1921, concretiza o seu projeto de criação de uma organização unitária com a fundação da AAU-E⁸⁹. Este fato encarnou a convicção subjacente de Rühle de que a organização da vanguarda revolucionária (que ele considerava indispensável) não devia assumir a forma de um partido político. Era na empresa que se encontrava o principal campo de batalha na luta contra o poder do capital e era nesta base que os revolucionários conscientes procuravam unir-se. Os BO (organizações de trabalhadores) federaram-se e formaram gradualmente a Liga Unitária dos Trabalhadores (AAU-E). Esta Liga assumiu as características da luta revolucionária - econômica e política - e ocupou-se de ambas. Regeu-se pelo princípio federalista: sem centralismo, sem direção "de fora", sem interferência de intelectuais não pertencentes à fábrica. Os delegados podiam ser destituídos a qualquer momento e os dirigentes não eram mais do que porta-vozes das bases, os seus órgãos executivos. A tarefa da organização unitária consistia em desenvolver a consciência de classe e o sentimento de solidariedade entre os trabalhadores. Nem um partido nem um sindicato, a AAU-E era a organização revolucionária do proletariado. Dissolveu-se com o aparecimento dos conselhos que, de certa forma, tinha prefigurado⁹⁰.

A concepção intermédia, a meio caminho entre os "organizacionistas" e os "espontaneístas", foi desenvolvida por Pannekoek, decorrendo logicamente dos seus pontos de vista sobre a natureza da luta revolucionária, que associava diretamente à consciência de classe. Anton Pannekoek (1873-1960) foi um astrônomo de renome mundial e um historiador da ciência; ao longo da sua vida, seguiu uma carreira dupla de militante e cientista. Participou ativamente no movimento socialista durante mais de meio século. Aderiu ao SDAP holandês em 1912 e, no ano seguinte, começou a desenvolver a sua teoria da espontaneidade das massas. Foi convidado para Berlim em 1905 para ensinar na escola do partido e, a partir daí, tornou-se ativo em ambas as organizações. A partir de 1906, envolveu-se nos círculos radicais de esquerda de

⁸⁹ Que viria a abandonar para regressar ao SPD em 1926. Sobre a sua vida e obra, cf. a introdução de Kool a Kool, op. cit., e *Otto Rühle Schriften* (Hamburgo, 1971).

⁹⁰ O. Rühle, *Die Revolution ist keine Parteisache!* (Berlim, 1920), e *Von der bürgerlichen zur proletarischen Revolution*, op. cit.

Bremen, contribuindo com um grande número de artigos para os jornais do partido. Foi expulso da Alemanha em 1914 devido à sua nacionalidade holandesa, mas prosseguiu as suas atividades na Suíça e na Holanda no seio da esquerda zimmerwaldiana, mantendo os seus contatos com os socialistas internacionais alemães. A partir de 1921, retirou-se do trabalho militante ativo para se dedicar à astronomia, que ensinou na Universidade de Amsterdã a partir de 1925. No entanto, contribuiu para o trabalho teórico do conselho comunista holandês, o GIC (Grupo Comunista Internacionalista), e publicou numerosos artigos em várias revistas do conselho comunista nas décadas de 1930 e 40.

Pannekoek insistiu com mais força do que os seus companheiros no aspecto espiritual da luta de classes. Certamente, ele permaneceu um marxista e materialista convicto. Mas, na sua opinião, os fatores materiais (relações de produção) não têm influência imediata no processo revolucionário. O intervalo de tempo entre o aparecimento de novas estruturas materiais ou novos modos de produção e o momento em que a consciência do trabalhador toma consciência deles e se adapta a eles pode ser muito longo. Entretanto, a consciência do trabalhador permanece prisioneira das crenças, dos preconceitos e dos falsos valores da cultura que o rodeia. O poder da burguesia é, antes de mais, espiritual: a burguesia controla a religião, a educação, as atividades de propaganda e, de um modo mais geral, toda a produção cultural, à qual o trabalhador está mais ou menos sujeito. Existe, portanto, um fosso entre a situação material tal como ela é hoje, e a consciência colectiva. Daí a necessidade de consciencializar o proletariado das suas tarefas emancipatórias, enquanto ele cresce em número e enquanto o seu papel no processo produtivo o torna o verdadeiro mestre desse processo⁹¹.

Para ser levada até ao fim, a revolução deve existir primeiro na consciência do proletariado. Este encontrará o seu próprio caminho para a liberdade através das suas lutas. Mas, ao mesmo tempo, é indispensável desenvolver e alargar a sua consciência. É aqui que os comunistas, aqueles que refletiram e que dominaram a ciência da evolução histórica, encontram o seu papel. Estes elementos esclarecidos devem reunir-se em pequenos grupos que Pannekoek considerava externos ao cenário da luta concreta, ou

⁹¹ A. Pannekoek: "Historical Materialism", artigo publicado em neerlandês em *Nieuwe Tijd*, 1919 (tradução francesa em *Cahiers du communisme de conseils*, n.º 1, 1968), e "Marxismus und Idealismus", *Proletarier*, n.º 4 (fevereiro-março de 1921). 4 (fevereiro-março de 1921). Uma boa biografia de Pannekoek pode ser encontrada em *Die linke gegen die Parteiherrschaft*. Bock apresenta uma lista dos seus livros, artigos e panfletos em *Organisation und Taktik der proletarischen Revolution*, op. cit.

seja, a empresa. A sua função é de esclarecimento, explicação e discussão. É seu dever tornar a tarefa a cumprir cada vez mais clara e evidente; a sua tarefa é propagar incansavelmente, nos seus escritos e nos seus discursos, ideias e conhecimentos, formular objetivos, esclarecer as massas. Tal como os conselhos de trabalhadores constituem as unidades de ação prática na luta de classes, estes grupos de discussão representam a sua força espiritual⁹².

Os contornos exatos destes grupos, a que Pannekoek chama por vezes partidos, permanecem vagos. Não têm estatuto, nem cartões de membro ou assinaturas regulares. Acima de tudo, não lhes compete dirigir os conflitos. Para ele, é indiferente o nome que lhes é dado, desde que sejam diferentes daquilo que normalmente conhecemos como partidos. Estes grupos reúnem todos aqueles que partilham as mesmas concepções de fundo para discutir e descobrir as tarefas a realizar. As suas atividades são puramente intelectuais e a sua importância deriva do fato de a vitória depender, em última análise, da força espiritual do proletariado⁹³.

A par das posições bastante moderadas de Pannekoek (as suas ideias sobre o partido eram matizadas), algumas posições dos comunistas do Conselho eram mais directas, rejeitando todas as formas de organização "externa", independentemente do seu perfil.

Durante o período 1917-23, encontramos concepções que se assemelham mais a certas tendências anarquistas do que ao marxismo dominante. Já em 1917, Julian Borchardt, por exemplo, afirmava que todos os partidos eram iguais e proclamava o direito à autonomia face a toda a autoridade, mesmo a derivada do partido revolucionário. Borchardt rejeitava mesmo a forma do próprio partido, mantendo apenas os seus "órgãos executivos" (*Ausführende Organe*⁹⁴). Um pouco mais tarde, desenvolveu-se uma fração no seio do ramo "unitarista" dos comunistas do Conselho (AAU-E), que exigia a dissolução de todas as estruturas organizativas gerais (isto é, as que reuniam grupos de base)⁹⁵. Mas estas duas tendências situavam-se nos limites da teoria concelhia. Por outro lado, um certo número de conselheiros apresentou, nos anos

⁹² "Prinzip und Taktik", *Proletarier*, n.º 8 (agosto de 1927); "Partei und Arbeiterklasse", *Rätekorrespondenz*, n.º 15 (março de 1936).

⁹³ *Conselhos Operários*, op. cit., p. 101, e "O Partido e a Classe Operária", *Correspondência do Conselho Internacional*, n.ºs 9 e 10 (setembro de 1936). Cf. também a carta de Pannekoek a Pierre Chaulieu, na qual ele detalha a sua concepção do partido-grupo, reimpressa em *Cahiers du communisme de conseils*, n.º 8 (maio de 1971).

⁹⁴ Ver as suas *Revolutionshoffnungen* (Berlim, 1917), e Bock, op. cit., pp. 73 e segs. A ISD de Bremen rompeu com ele, acusando-o de ter "liquidado" a forma-partido.

⁹⁵ *ibid.*, p. 220.

30, ideias que derivavam, por interpretação estrita, do próprio coração desta teoria. Para eles, era impossível distinguir entre a luta de classes e os actos dos trabalhadores; o movimento operário coincidia com o movimento dos trabalhadores. O movimento operário coincide com o movimento dos trabalhadores. É regido pelas suas próprias leis que tendem para a apropriação dos meios de produção. Cria não só os seus próprios órgãos de luta material (comités de fábrica ou de ação), mas também os seus próprios órgãos de conhecimento intelectual: os grupos de trabalho. Estes grupos já não são reuniões de indivíduos exteriores à classe, mas constituem um instrumento forjado pela própria classe e no seio das suas fileiras. Isto conduzirá à organização autónoma das massas em conselhos e à organização autónoma dos *trabalhadores revolucionários* em grupos de trabalho⁹⁶. Por outras palavras, toda a intervenção do exterior é eliminada; todos os esforços em direção ao objetivo final devem vir do interior da classe e qualquer exceção a isto só pode ser inspirada pelo movimento dos "ex-trabalhadores".

Vimos como a teoria do Conselho se separou do radicalismo de esquerda, estabelecendo a sua própria individualidade contra as concepções que Moscovo propagava através da Terceira Internacional. Com o passar dos anos, a questão da Revolução Russa, da sua natureza e das suas características, foi ocupando um lugar cada vez mais importante nas discussões destes "grupos de trabalho". Os conselheiros desenvolveram não uma, mas duas concepções sucessivas da Revolução Russa, sendo o conteúdo destas concepções inseparável do conjunto da sua teoria.

Para começar, a partir de 1919, os teóricos radicais aceitaram que a Rússia tinha sofrido uma verdadeira revolução, abolindo o antigo regime e levando o proletariado ao poder. Mas as condições específicas predominantes nesse país atrasado significavam que não se podia esperar que a revolução assumisse as mesmas formas que certamente assumiria nos países industrializados da Europa Ocidental e da América do Norte. Estes países possuíam proletariados grandes e instruídos, com uma longa história atrás de si; não podiam contar com outras categorias sociais para completar a sua tarefa histórica. Na Alemanha, por exemplo, a massa dos camponeses era composta por rendeiros e pequenos proprietários cuja única ambição era aumentar e proteger a sua propriedade: eram os aliados naturais da burguesia industrial. O proletariado só podia contar com as suas próprias forças, materiais e espirituais. No dia em que se levantasse, tomaria a seu

⁹⁶ H. Canne Meijer, "Das Werden einer neuen Arbeiterbewegung", *Rätekorrespondenz*, nos 8-9 (abril de 1935), tradução parcial para inglês em *International Council Correspondence* no. 10 (agosto de 1935). Ver também *Die Linke gegen die Parteiherrschaft*, op. cit., p. 613, n. 261.

cargo a destruição das velhas estruturas e, sobretudo, exerceria a sua própria ditadura - a ditadura de classe. Na Rússia, pelo contrário, seis milhões de operários tinham sido apoiados por uma vasta massa de camponeses que também aspiravam à expropriação dos capitalistas. No entanto, uma vez alcançado o poder, esta classe operária numericamente fraca (num país de 180 milhões de habitantes), desprovida de qualquer tradição de liberdade ou de consciência de classe, foi obrigada a ceder o poder a um partido constituído por comunistas conscientes e devotados, cuja política não podia ignorar a base social do seu regime: o campesinato. O que explica que a ditadura efetivamente exercida não tenha sido a de uma classe, mas a de um partido, de uma burocracia ou, mais provavelmente, a de alguns dirigentes apenas⁹⁷.

Apesar desta análise, ou talvez por causa dela, os comunistas do Conselho identificavam-se com a Revolução Russa e não questionavam a justeza da teoria e da prática bolchevique. As táticas bolcheviques eram consideradas perfeitamente adequadas à situação de um país economicamente atrasado; tudo o que pediam ao PCUS era que desistisse de exigir a aplicação mecânica de táticas semelhantes à Europa Ocidental, onde a situação era completamente diferente⁹⁸.

As opiniões começaram a evoluir por volta de 1921-2, quando a Revolução Russa começou a emergir como uma revolução burguesa. Esta mudança coincidiu com a introdução da NEP por Lenine e o seu encorajamento da propriedade privada, especialmente no campo. Rühle foi um dos primeiros a desmistificar o carácter "comunista" da Revolução Russa. Quando regressou da Rússia, afirmou que os conselhos apenas mascaravam a ditadura do partido e que não encontrou qualquer vestígio de comunismo genuíno; pelo contrário, prosseguiu, havia uma nova burguesia soviética florescente!⁹⁹ Pouco tempo depois, todos os conselheiros passaram a considerar que o que se tinha passado na Rússia tinha sido uma revolução democrático-burguesa ou camponesa-burguesa: até agora, a política interna (a restauração da propriedade privada) e a política externa (as relações comerciais e diplomáticas com as potências capitalistas) deviam ser testemunhas de um processo em que o poder estava a passar gradualmente para as mãos de uma minoria e que conduzia

⁹⁷ "Östlicher und westlicher Kommunismus", *Proletarier*, n.º (outubro de 1920); Gorter, *Offener Brief an den Genossen Lenin...*, passim; e Gorter, "Partei, Klasse und Masse" (1921), op. cit.

⁹⁸ "Lehren der März-Aktion", *Proletarier*, no. 5 (abril-maio de 1921); [A. Pannekoek], "Sowjetrussland und der westeuropäische Kommunismus", op. cit. (junho de 1921). Cf. também a carta de Pannekoek a Erich Muhsam (no final de 1920), na qual declara a sua total solidariedade com os bolcheviques (citada por Bricianer, op. cit., pp. 215-17).

⁹⁹ Bericht über Moskau", *Die Aktion*, n.º 39-40 (setembro de 1920).

diretamente ao "capitalismo de Estado". As tarefas dos revolucionários russos eram as de uma burguesia faltosa: a Revolução tinha sido feita por um punhado de representantes da pequena burguesia - os bolcheviques - que depois se tinham constituído como um obstáculo à revolução proletária mundial: Para ele, o carácter mais ou menos proletário da Revolução Russa em nada alterava a sua essência burguesa num país onde a primeira tarefa era passar do feudalismo para o capitalismo industrial da era moderna. Desde o início, afirma, o regime revelou-se burguês: basta ver o Tratado de Brest-Litovsk, a aceitação do princípio do direito à autodeterminação dos povos, a persistência da propriedade privada entre os camponeses ou a política de nacionalização, que nada tem a ver com a *socialização*¹⁰⁰.

A essência desta análise manteve-se inalterada, mesmo após a coletivização forçada de 1928-30, embora tenham sido acrescentados aperfeiçoamentos mais tarde. Pannekoek explicou mais tarde que a ocupação do poder pelo partido se devia a uma "falta de quadros" e que o Estado se tinha substituído à classe. Para ele, o capitalismo de Estado era igualmente uma forma de *socialismo de Estado*, uma vez que o Estado, na Rússia, era o único senhor. Com a burocracia a desempenhar tarefas que, na Europa Ocidental, teriam sido as da burguesia, era claramente tarefa dos burocratas impor a industrialização e a coletivização da terra. É por isso que, apesar do seu carácter burguês, ou melhor, por causa dele, a Revolução Russa representou um enorme passo em frente, tendo as massas avançado de uma fase de barbárie sem evolução para uma situação em que podiam aspirar à dignidade. Mas o preço deste progresso foi pesado: uma ditadura opressiva e uma escravatura ainda mais esmagadora do que a que pesa sobre a classe operária nas sociedades capitalistas ocidentais¹⁰¹.

A Segunda Guerra Mundial não provocou mudanças significativas na teoria dos conselhos; um certo número de teses foi acentuado, enquanto outras foram minimizadas. O alvo principal das lutas passou a ser a coligação Estado-Uniões, pelo que se previram novas formas de conflito, como as greves selvagens e as ocupações de fábricas. Estes novos métodos (não totalmente novos, uma vez que os conselheiros já tinham observado o seu aparecimento antes da guerra) pareciam-lhes característicos da independência de pensamento e da autonomia de que o proletariado era agora capaz. O problema central do processo revolucionário do pós-guerra surge como a extensão das

¹⁰⁰ "Die russische Staatspolitik und ihre Konsequenzen für die Kommunistische Internationale", *Proletarier* no. 6 (junho de 1922); "Thesen über Moskau", *Rätekorrespondenz*, no. 3 (agosto de 1934): *Von bürgerlichen zur proletarischen Revolution*, cap. 2, "Das russische Problem".

¹⁰¹ *Conselhos Operários*, secção ii, cap. 5, "A Revolução Russa".

greves. Uma vez que cada greve selvagem punha em causa a legalidade do próprio sistema e o direito de propriedade, a função repressiva do sindicato funcionava agora como uma faísca suscetível de incendiar toda a sociedade. Os conselheiros depositam, portanto, todas as suas esperanças no poder da solidariedade operária e na contagiosidade da ação que, a pouco e pouco, levará os trabalhadores a apoderarem-se dos instrumentos de produção. Porque a nacionalização, por si só, não acabará com a exploração: uma nova burocracia surgirá inevitavelmente, como na URSS, para tomar o lugar da velha classe exploradora. A solução radical é aquela que leva os trabalhadores a controlarem os meios de produção para si próprios¹⁰².

Nos anos seguintes, sobreviveram na Holanda, na Austrália, na Grã-Bretanha e em França alguns pequenos grupos que propagavam a teoria do conselho ou teorias próximas desta. No entanto, desde o final da década de 1960, as ideias e tradições do comunismo de conselho gozaram subitamente de uma nova voga. Tornou-se uma das estrelas do firmamento teórico da Nova Esquerda¹⁰³. É por isso que é necessário situar, ou pelo menos tentar fazê-lo, as teses do movimento conselhista em relação às aspirações da nova radicalidade.

Não há qualquer dúvida de que os teóricos do Conselho se mantêm no caminho traçado pelo marxismo: o seu objetivo é fornecer a única interpretação verdadeira e não deformada do pensamento marxiano. Além disso, o seu marxismo é muito estritamente determinista e, apesar da importância que Pannekoek atribui ao fator espiritual e à consciência, a interpretação do materialismo histórico pelo comunismo de conselho permanece bastante restritiva. As relações de produção são consideradas como modificando, com ou sem desfasamento temporal, a vida social e a sua evolução. Como afirmou Gorter, os homens podem fazer a sua própria história, mas apenas dentro de limites bastante estreitos. A evolução histórica está contida na transformação dos modos de produção.

Este determinismo, bastante afastado do espírito da nova radicalidade, dá muitas vezes origem a um certo dogmatismo. Os conselhistas acreditam firmemente que a crise

¹⁰² Cf. *The New World*, panfleto publicado pelo "Groups of Council Communists Holland" (Amesterdão, 1947), e A. Pannekoek, *Workers' Councils*, secção final, "The Peace", bem como o seu artigo "The Failure of the Working Class", *Politics*, vol. 3 n.º 8 (setembro de 1946), citado por Bricianer, op. cit., pp. 283 e segs.

¹⁰³ Sintomático é o capítulo sobre os conselhos operários (escrito por um ex-kapista, Paul Mattick) publicado numa antologia que se pretende representativa da Nova Esquerda: P. Long (ed.), *The New Left* (Boston, 1969). Sobre a tradição conselhista em França desde a Segunda Guerra Mundial, cf. o meu *Les origines du gauchisme* (Paris, 1971), cap. 4 (tradução inglesa: *The Origins of Modern Leftism*, Penguin Books, 1975).

do capitalismo conduz inevitavelmente à emergência de uma consciência revolucionária. Ainda que sejam bastante menos dogmáticos do que um Kautsky ou um Lenine, os comunistas de conselho são, no entanto, marcados por um economismo rigoroso¹⁰⁴.

O outro elemento igualmente estranho ao pensamento revolucionário contemporâneo diz respeito ao lugar central atribuído à empresa no processo de libertação. Pannekoek diz-nos que a produção é a própria essência da sociedade e que as empresas são as suas células constitutivas¹⁰⁵. Esta afirmação decorre do seu materialismo histórico muito imperativo e da sua valorização excessiva dos factores económicos. Esta valorização explica a concepção de trabalho dos conselhistas: para eles, o trabalho era considerado desejável, indispensável, fonte de toda a vida espiritual e social. Por outras palavras, a sua concepção do trabalho pouco se diferenciava da imagem quase religiosa apresentada por Marx e Engels. A sociedade de controle operário preconizada pelos conselheiros revela-se uma imensa fábrica; nem o desprazer nem o tédio do trabalho terão desaparecido. Longe de libertar o homem do trabalho produtivo, esta visão prende-o a ele de forma permanente e irremediável.

Otto Rühle chegou mesmo a afirmar que o operário só é verdadeiramente proletário quando está dentro da sua fábrica. No exterior, é um pequeno burguês, filisteu no seu estilo de vida, dominado pela ideologia da classe dominante. Só no seu local de trabalho é que se torna revolucionário¹⁰⁶. Acabamos por nos interrogar como é que o operário consegue manter esta dupla personalidade; será que um único indivíduo pode ter, de facto, duas mentalidades, ou duas faces, como Jano? Esta questão leva-nos a uma crítica mais fundamental que exprime o núcleo duro da teoria radical, nomeadamente o carácter muito parcial do comunismo de conselho. Com efeito, os conceitos do comunismo de conselho só apreendem verdadeiramente uma faceta da alienação humana, ignorando os outros aspectos, incluindo a vida quotidiana do indivíduo, que está no centro da crítica radical. Não é certo que o proletário esteja mais bem armado na luta profissional do que na luta contra a repressão cultural, familiar e sexual.

Mesmo no que diz respeito ao papel (ambíguo, para dizer o mínimo) das "minorias conscientes" - grupos de trabalho ou partidos de novo estilo -, o comunismo

¹⁰⁴ A tese da "crise fatal do capitalismo" era corrente nos círculos conselhistas dos anos trinta. Este tema foi retomado nos anos 40 e Pannekoek fala ainda de um agravamento progressivo das posições do capitalismo nos seus *Conselhos Operários*, pp. 225-227. Ver também o ensaio de Mattick sobre os conselhos operários (op. cit. no n. 103).

¹⁰⁵ "Os Conselhos de Trabalhadores", *Correspondência Internacional dos Conselhos*, op. cit.

¹⁰⁶ Rühle, *Von bürgerlichen zur proletarischen Revolution*, op. cit., p. 51.

de conselho toma de empréstimo demasiados elementos do marxismo clássico para não ser um pouco suspeito aos olhos dos novos radicais. Os conselheiros eram, na sua maioria, de origem burguesa, intelectuais com carreiras bem estabelecidas na sociedade envolvente. Há algo de paradoxal no seu entusiasmo pelo papel messiânico dos trabalhadores - os *outros*, para empregar o vocabulário existencialista - quando se considera que a autonomia ou o automovimento do proletariado está no centro das suas preocupações.

Por tudo isto, os conselheiros contribuíram de facto para uma contradição histórica da ideologia leninista. Nos anos sombrios em que a Terceira Internacional se apresentava como a encarnação das esperanças revolucionárias, os conselheiristas desmistificaram essa pretensão, partindo das mesmas premissas teóricas que os comunistas oficiais.

Finalmente, ao referir-se em primeiro lugar à experiência histórica dos concílios, deram conteúdo e ilustração a uma das exigências fundamentais da radicalidade, a saber, que a luta pela libertação de todos os constrangimentos deve ser autónoma. E se não foram os únicos a depositar todas as suas esperanças e fé na experiência dos concílios, situaram-na, no entanto, na evolução histórica da radicalidade.